

Em suma, ninguém foi nocauteado

Urnas: centro cresce,

Bolsonaro murcha e

Lula entra em alerta



Rodrigo Neves comemora em Niterói: "Vitória da democracia!"

Rodrigo Neves (PDT) foi novamente eleito para comandar a Prefeitura de Niterói (RJ). Com 100% das urnas apuradas, ele soma 57,20% dos votos, derrotando o bolsonarista Carlos Jordy (PL), com 42,80%. No primeiro turno, Neves ficou perto de levar a disputa, recebendo 48,47% dos votos válidos. O candidato trabalhista postou, nas suas redes sociais, um agradecimento à população. "Vencemos a eleição! Vitória da democracia, da boa gestão e do compromisso com a qualidade de vida de todos os niteroienses. **Página 4**



Para recuperar eleitores, Lula vai precisar pisar no acelerador do crescimento

Encerrado o segundo turno das eleições municipais no último domingo (27), já podemos fazer uma leitura mais completa dos recados enviados pela população aos políticos e às instituições brasileiras. É óbvio que, por serem eleições municipais, há que se levar em conta fatores da política local, conflitos regionais e até mesmo interferências decisivas nos resultados das famigeradas emendas parlamentares. Lula, para recuperar eleitores, precisa romper com a pauta de Haddad e pisar no acelerador do crescimento. **Página 3**

1 trilhão de lucros e dividendos estão isentos de pagar imposto



Coordenador da Federação Única dos Petroleiros, Deyvid Barcelar: "É preciso enfrentar os inimigos da indústria"

FUP: pacto pela industrialização para enfrentar os especuladores

Em entrevista ao HP, Deyvid Barcelar, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), falou sobre o movimento entre trabalhadores e empresários em defesa da reindustrialização

do país. Para Barcelar, "uma parcela dos empresários enxerga que há condições de termos uma pujante indústria. Um grande exemplo é a CNI (Confederação Nacional da Indústria), presidida pelo

baiano Alban", ressalta. Para o líder sindical da CUT, "sem dúvida alguma é possível essa unidade numa frente ou num pacto entre empresários e trabalhadores pela reindustrialização. O pacto

é necessário para enfrentar os inimigos da indústria brasileira", que no seu entender "são os que vivem da especulação no mercado de capitais. Como diz Jessé Souza, 'a nossa elite do atraso'". **Pág. 5**

Mas obsessão dos rentistas é tirar dinheiro das pessoas em situação de miséria, com cortes no BPC (Benefício de Prestação Continuada), na saúde e na educação. Os lucros e dividendos pagos por empresas aos acionistas, isentos de pagamento de impostos, atingiram R\$ 1 trilhão em 2022, somados os valores enviados ao exterior e recebidos por pessoas físicas no Brasil, segundo dados divulgados pela jornalista Adriana Fernandes da Folha de S. Paulo. Em cinco anos, esses valores cresceram 150%, saindo de R\$ 400 bilhões em 2018. **Página 2**

Alban: Quem é responsável pela alta dos juros?

"Afinal, por que tantas narrativas são criadas para justificar algo que muitos consideram irracional? Qual é o verdadeiro papel do mercado financeiro nesse cenário, e por que ele parece ditar os rumos da política monetária nacional? Até quando?", questiona, em artigo, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban. **Página 2**

Israel explode três prédios residenciais em Beirute, mata 18 civis e fere 60

Na noite de segunda-feira (21), caças israelenses bombardearam três prédios que ficam a 50 metros do Hospital Universitário Rafik Hariri, no Bairro de Jnah, na capital libanesa. Entre os 18 civis assassinados, 4 eram crianças. Outros 60 ficaram feridos. O diretor do hospital libanês, Jihad Saadeh, disse que destroços do bombardeio causaram danos significativos e que havia ainda vítimas sob os escombros. **Página 6**

"O risco Haddad", escreve Paulo Kliass, em artigo

O risco Haddad

“O risco Haddad é o fator de perigo que pode conduzir o Brasil a um ponto de não retorno às esperanças apontadas pelos constituintes na Carta aprovada em 1988”

PAULO KLIASS*

Desde a divulgação dos resultados das eleições de outubro de 2022 tornou-se sistemático o questionamento a respeito de quais seriam as verdadeiras intenções de Lula no que se refere à política econômica de seu terceiro mandato. Por vários momentos havia dúvidas quanto ao alinhamento do Presidente com relação à agenda tipicamente ajustada com os interesses do financiamento, tal como têm sido propostas e encaminhadas as medidas de seu Ministro da Fazenda (MF). Fernando Haddad convenceu o chefe quanto à necessidade de não revogar o teto de gastos introduzido na Constituição por Temer em 2016, tal como debatido durante a campanha eleitoral. A solução final foi a inclusão de um dispositivo na PEC da Transição, ainda no final de 2022, por meio do qual o novo governo se comprometia em aprovar uma Lei Complementar tratando daquilo que passou a ser conhecido por Novo Arcabouço Fiscal (NAF).

Haddad tentou convencer Lula, no começo de 2023, a não incluir no reajuste do salário mínimo os ganhos de crescimento do PIB, para além da reposição inflacionária. Mas, nesse caso, o responsável pela área econômica foi obrigado a obedecer ao Presidente, que não aceitou o recuo proposto em relação a uma de suas promessas mais simbólicas. Em compensação, o chefe do governo não avançou em suas ponderações quanto às dificuldades de cumprir com a meta de zerar o déficit primário em 2024. Em um momento no ano passado Lula chegou a dizer que seria muito complicado o governo perseguir tal objetivo de política fiscal. Esse foi um dos assuntos em um café da manhã com jornalistas realizado no mês de outubro do ano passado.

(...) Tudo que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal a gente vai cumprir. O que eu posso dizer é que ela não precisa ser zero, o país não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país. Eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida. E se o Brasil tiver déficit de 0,5%, de 0,25%, o que é? Nada” (...) [GN]

Lula tem muita experiência acumulada no comando de equipes de governo e sabe exatamente os riscos e as consequências envolvidas com esse tipo de programa de austeridade. No entanto, ele optou por deixar o barco seguir e no final de tudo a equipe da Fazenda foi vitoriosa nas disputas internas palacianas. Ou seja, além de manter o NAF intacto, Haddad conseguiu obter de Lula o aval para perseguir uma meta fiscal inexecutável. Valem todas as hipóteses para tentar explicar as razões de tal postura passiva do chefe do governo. A mais recorrente refere-se à tal da “correlação de forças” no interior do Congresso Nacional. Mas se é verdade que a atual composição do nosso parlamento é das mais conservadoras das últimas décadas, o fato é que não seria uma meta contemplando um déficit, como ponderava Lula na conversa acima descrita, que iria complicar a vida do governo. Inclusive pelo fato de 2024 ser um ano com eleições municipais e os parlamentares de todos as tendências veem com bons olhos mais recursos para serem aplicados em suas bases.

Continua: <https://horadopovo.com.br/o-risco-haddad-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

R\$ 1 trilhão de lucros e dividendos estão isentos de pagar impostos



Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria Afinal, quem é responsável pela alta de juros?, por Ricardo Alban

“Afinal, por que tantas narrativas são criadas para justificar algo que muitos consideram irracional? Qual é o verdadeiro papel do mercado financeiro nesse cenário, e por que ele parece ditar os rumos da política monetária nacional? Até quando?”, questiona, em artigo, Ricardo Alban, presidente da CNI

A recente alta da taxa básica de juros no Brasil, a Selic, tem provocado discussões um tanto acaloradas entre especialistas econômicos e líderes empresariais. É preocupante que o aumento da capacidade instalada na indústria seja usada como justificativa para a elevação dos juros.

Aqui há questionamentos importantes de se fazer. Afinal, por que tantas narrativas são criadas para justificar algo que muitos consideram irracional? Qual é o verdadeiro papel do mercado financeiro nesse cenário, e por que ele parece ditar os rumos da política monetária nacional? Até quando?

A pressão sobre a capacidade instalada da indústria brasileira tem origem no histórico de juros astronômicos praticados no Brasil. O alto custo do crédito impede que as empresas invistam na expansão de suas plantas e aumentem sua produção, agravando o gargalo da oferta e, por consequência, a inflação.

A solução para a equação parece óbvia: uma taxa de juros mais racional, alinhada às praticadas em outras economias emergentes, incentivaria investimentos produtivos, o que resultaria em uma redução da pressão inflacionária, além de criar mais empregos e desenvolvimento. As vezes é preciso dizer o óbvio.

Economias como a da China, que recentemente adotaram medidas de estímulo

ao crescimento industrial, reforçam a tese de que uma política de juros equilibrada pode servir de alavanca poderosa para o desenvolvimento. No Brasil, no entanto, o cenário atual de juros elevados bloqueia a expansão industrial, justamente quando a economia brasileira está se recuperando e a indústria tem desempenhado um papel importante nessa recuperação.

Enquanto presidente do G20, que reúne as maiores economias do mundo, o Brasil só tem ao lado Índia e Rússia quando o assunto é política monetária. Enquanto os três subiram juros, os outros 14 integrantes do G20 decidiram por cortes na taxa básica.

Atualmente, a Selic está em 10,75%. Já os custos para a indústria podem chegar a taxas entre 25% e 30% ao ano. O impacto ao longo das cadeias produtivas, e nunca é demais lembrar que a cadeia da indústria é longa, é devastador.

O custo financeiro embutido no produto final pode representar até 25% do preço ao consumidor – uma situação insustentável para a competitividade do setor industrial brasileiro.

Outro ponto controverso é a narrativa que orienta a política monetária no país, inclinada a se basear na pesquisa FOCUS. A pesquisa é respondida por 170 empresas e instituições, mas chama a atenção que apenas 8 não são diretamente ligadas ao setor financeiro.

Isso levanta uma questão importante: até que ponto as perspectivas da economia real, especialmente da indústria, comércio e serviços, são efetivamente consideradas na formulação das políticas econômicas?

A crítica que emerge é clara: a política de juros no Brasil parece estar moldada em benefício do mercado especulativo, em detrimento da economia produtiva. O setor agropecuário e o sistema financeiro têm vozes fortes – e levadas em consideração – no debate econômico.

Nada mais justo que a indústria também tenha suas demandas ouvidas e, principalmente, consideradas.

Se o Brasil quer mesmo evitar perder mais oportunidades de crescimento, precisa rever o papel dos juros na política econômica. O Brasil precisa de uma política industrial consistente e de uma visão de longo prazo, onde o incentivo ao investimento produtivo ocupe lugar central.

Assim, construiremos um país que privilegie o desenvolvimento e o bem-estar social, ao invés de manter o foco no lucro especulativo de curto prazo.

*Ricardo Alban é empresário e presidente Confederação Nacional da Indústria

O artigo foi publicado no jornal Folha de S.Paulo, em 20 de outubro. Reproduzido da CNI

No Brasil, a distribuição de lucros e dividendos pago a acionistas de empresas está isenta de pagar impostos desde janeiro de 1996

Os lucros e dividendos pagos por empresas aos acionistas, isentos de pagamento de impostos, atingiram R\$ 1 trilhão em 2022, somados os valores enviados ao exterior e recebidos por pessoas físicas no Brasil, segundo dados divulgados pela jornalista Adriana Fernandes da Folha de S. Paulo. Em cinco anos, esses valores cresceram 150%, passando de R\$ 400 bilhões em 2018 para os valores acima citados.

No Brasil, a distribuição de lucros e dividendos pago a acionistas de empresas está isenta de pagar impostos desde janeiro de 1996.

De acordo com cálculos de Sérgio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a pedido da colunista, 74% dos R\$ 830 bilhões distribuídos para brasileiros, em 2022, beneficiaram a parcela formada pelo chamado 1% mais rico do país. Outros R\$ 205 bilhões foram para fora do país, onde também são isentos de Imposto de Renda.

Com R\$ 1 trilhão de lucro, livre de impostos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em nome de manter a qualquer custo o “arcabouço fiscal”, prefere avançar, não sobre os ricos que não pagam imposto, mas sobre os direitos adquiridos dos mais pobres.

Enquanto 40% dos brasileiros vivem com um rendimento médio mensal de R\$ 527, segundo números da PNAD Contínua do IBGE, em 2023, o grupo dos 1% mais ricos do Brasil obteve um rendimento médio mensal de R\$ 20.664, ou 39,2 vezes maior que os mais pobres deste país.

Em 2017, os lucros e dividendos somaram R\$ 371,64 bilhões. Em 2018, a soma chegou a 426,64 bilhões. Subiram para R\$ 485,17 bilhões em 2019 e bateram a marca de R\$ 522 bilhões em 2020. Em 2021, por sua vez, os valores atingiram R\$ 737,23 bilhões e

bateram a marca de R\$ 830,05 bilhões em 2022. Com base em dados da Receita Federal, a evolução de lucros e dividendos recebidos não levam em consideração valores enviados ao exterior.

Ao invés de reduzir esta escandalosa concentração de renda no Brasil, Haddad propõe ao presidente Lula cortar gastos públicos, como os recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atendem os cidadãos que mais precisam, como os idosos a partir de 65 anos que não têm meios para garantir seu próprio sustento, e os cidadãos com deficiência de qualquer idade que estejam na mesma situação.

Além disso, o ministro anunciou que está preparando um pacote de “revisão de gastos” para apresentar ao presidente Lula após as eleições. Neste pacote que, segundo ele, visa “reforçar o arcabouço fiscal”, estão também propostas de acabar com os pisos constitucionais para Saúde e Educação.

“Não é um programa. A Fazenda trabalha com questões estruturais, o arcabouço fiscal é uma questão estrutural, o reforço do arcabouço fiscal é uma questão estrutural. É diferente de fazer bloqueios e contingenciamentos, que são momentâneos, para garantir o cumprimento da lei aprovada pelo governo”, declarou Haddad a jornalistas em Washington, EUA, na quarta-feira (24).

O chamado “esforço fiscal” de Haddad só serve na prática para alimentar ainda mais a transferência de renda do povo – via o pagamento de juros da dívida pública – às famílias mais abastadas deste país, dentro e fora do Brasil, que além de não pagarem impostos, não produzem nada. Em 12 meses até agosto, o gasto do setor público (União, estados/municípios e estadais) com o pagamento dos juros da dívida foi de R\$ 855 bilhões.

Criticada por desastres, Vale lucra R\$ 40 bilhões

Lucro líquido de janeiro a setembro de 2024 é 23% maior do que o mesmo período do ano passado

A saúde financeira da Vale, ao que parece, vai muito bem. Suficiente para não precisar proferir compromissos que a empresa tem com as famílias atingidas pela tragédia de Mariana (MG), assim como, em relação à recuperação, dos também criminosos danos ambientais.

A empresa apresentou no 3º trimestre deste ano um lucro líquido de R\$ 13,6 bilhões ou US\$ 2,4 bilhões. O resultado surpreendeu o mercado financeiro. No total acumulado de janeiro a setembro, os lucros da companhia somaram R\$ 38,9 bilhões ou US\$ 6,8 bilhões.

Apesar dos resultados do trimestre apresentarem recuos sobre o mesmo trimestre de 2023 em 15%, e em relação ao trimestre anterior de 13%, o lucro no ano foi maior que os R\$ 31,5 bilhões do mesmo período em 2023, representando um resultado positivo de 23%.

A Vale informa que atingiu sua maior produção de minério de ferro em 5 anos. Relatório com dados do desempenho da empresa foram divulgados na quinta-feira (24).

Mesmo com todos esses bons resultados a reparação às famílias e ao meio ambiente pelo rompimento da Barragem do Fundão em Mariana (MG) administrada pela Samarco – controlada pelas mineradoras Vale (brasileira) e BHP

O problema para o ministro, foi o exemplo “equivocado” do socialismo entre os brasileiros. Disse que a “esquerda” do país errou ao se prender a “esquemas ultrapassados”, como o nacional desenvolvimentismo e a experiência socialista. Avançado mesmo, para o ministro, era – e continua sendo – a “modernidade neoliberal”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/haddad-livra-bancos-e-ajotas-e-ataca-o-nacional-desenvolvimentismo/>

Ministro da Fazenda livra bancos e ataca o nacional desenvolvimentismo

Na famosa entrevista à Folha, ele disse que a esquerda errou ao se prender a “ideias ultrapassadas”. “Moderno”, para Haddad, é “administrar” o neoliberalismo

Em recente entrevista à Folha de S. Paulo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se apresentou como o mais ferrenho defensor da aplicação do receituário neoliberal na economia brasileira. Admitiu a necessidade de um teto de gastos, advogou pela manutenção do arrocho fiscal, defendeu cortes nos gastos sociais e nos investimentos públicos e justificou a manutenção de juros em níveis proibitivos para o investimento produtivo.

FÉ CEGA NO CAPITAL ESTRANGEIRO

Mas o que chamou a atenção na entrevista de Haddad foi o seu cinismo na defesa explícita do neoliberalismo. Advogado ferrenho de praticamente todos os dogmas neoliberais, entre eles a manutenção da ditadura fiscal e a fé cega no capital estrangeiro, o ministro cul-

pou, não a intensificação da espoliação dos trabalhadores e dos povos, e a ganância desenfreada dos monopólios dos países centrais, pela ascensão do fascismo, mas sim o “nacional desenvolvimentismo” brasileiro.

Ele foi obrigado a admitir que a extrema direita está avançando no mundo com o declínio do neoliberalismo, mas se propõe a defender o modelo e mantê-lo no Brasil a todo custo.

Procura, é certo, passar um “verniz de modernidade” nas políticas antinacionais e de arrocho impostas ao país por esta doutrina falida. E se lança como um “gerente moderno” para administrar a crise capitalista. Faz isso, mesmo que essa sua insistência possa afundar o governo Lula.

ACABAR COM A ERA VARGAS

Assim como Fernando Henrique Cardoso, Haddad



Brumadinho (MG). Foto: Corpo de Bombeiros

Jair Bolsonaro murcha, centro cresce e Lula entra em alerta



Rosinei Coutinho/STF

Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, defende os interesses dos bancos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, foi homenageado em um jantar promovido pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) em Brasília.

A entidade tem 15 associadas, entre as quais a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), e atua na defesa dos interesses da banca financeira.

O jantar foi realizado por conta do lançamento de um livro sobre os 15 anos de Toffoli no Supremo.

O evento ocorreu na quarta-feira (24) na casa do ex-presidente da Câmara dos Deputados e atual presidente da CNF, Rodrigo Maia, no Lago Sul, região nobre de Brasília.

O ministro Dias Toffoli tem dado decisões favoráveis a condenados pela Lava Jato, como os empresários Marcelo Odebrecht, que era dono da empreiteira hoje chamada Novonor, e Léo Pinheiro, dono da OAS, anulando suas condenações.

Marcelo Odebrecht até fechou um acordo de delação premiada, no qual contou seus crimes e apresentou à Justiça provas que pudessem colaborar com a investigação. Toffoli decidiu anular as condenações e manter a colaboração.

O mesmo ocorreu com Léo Pinheiro, que mostrou detalhes de seus crimes em uma delação. A Procuradoria-Geral da República (PGR) recorreu da decisão.

O jantar promovido pela entidade de empresários contraria o Código de Ética da Magistratura, que indica que juizes e ministros devem “evitar comportamentos que impliquem a busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social”.

O presidente da CNF, Rodrigo Maia, foi investigado pela Polícia Federal por ter sido citado na delação de um executivo da Odebrecht.

Segundo Cláudio Melo Filho, colaborador da Justiça, Maia era referido como “Botafogo” nos sistemas de propina da empresa e recebeu valores. A Polícia Federal chegou a acusá-lo de corrupção e lavagem de dinheiro.

Fuad derrota Bolsonaro e Engler e se reelege prefeito de BH

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), foi reeleito com 53,75% dos votos válidos, enquanto o bolsonarista Bruno Engler (PL) foi derrotado mesmo tendo liderado no primeiro turno.

Com 100% das urnas apuradas, Fuad Noman recebeu 670 mil votos. Bruno Engler recebeu 577 mil.

O resultado da eleição na capital de Minas Gerais foi uma virada em relação ao primeiro turno, que foi liderado pelo bolsonarista.

No pleito de 6 de outubro, Bruno Engler teve 435 mil votos, ou 34,38%, e Fuad Noman teve 336.442, ou 26,54%.

O crescimento do prefeito reeleito,

Fuad Noman, foi superior a 320 mil votos. Já Bruno Engler recebeu somente 136 mil votos a mais desde o primeiro turno.

Fuad Noman publicou em suas redes sociais que “o trabalho venceu!”.

“Agradeço imensamente a todos que acreditaram, caminharam junto, e depositaram sua confiança em nós. Vamos trabalhar mais quatro anos para fazer de BH uma cidade melhor para todos!”, escreveu.

Ele recebeu o apoio do presidente Lula e de outros candidatos que disputaram o primeiro turno, como Duda Salabert (PDT), que teve 97 mil votos, e de Rogério Correia (PT), que obteve 55 mil votos.

Gleisi denuncia “bloqueio cruel, imposto pelos EUA”, e pede solidariedade a Cuba

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, denunciou o “bloqueio econômico cruel, imposto pelos EUA” a Cuba e defendeu que o governo Lula entre “nessa corrente” de apoio ao país caribenha “com ações concretas” contra a crise energética, causada pelo bloqueio, e de suporte à população atingida pelo furacão.

“Cuba precisa urgente de solidariedade ativa, em meio a uma grave crise de energia e a passagem de um furacão devastador”, defendeu a dirigente.

“Mesmo sofrendo seis décadas com um bloqueio econômico

cruel, imposto pelos EUA, o povo cubano sempre deu a mão a quem precisa, inclusive a nós, no Brasil”, continuou.

“É hora de retribuir com doações de alimentos, roupas, dinheiro, o que for possível. E nosso governo também precisa entrar nessa corrente, com ações concretas”, afirmou Gleisi.

Na publicação, feita nas redes sociais, Gleisi Hoffmann pediu doações de roupas, alimentos e outros itens para Cuba.

Na segunda-feira (21), o furacão Oscar passou pela região leste de Cuba, deixando pelo menos 6 mortos.



Paulo Pinto/Agência Brasil

Eleitores foram às urnas expressar seu sentimento por mudança, por melhorias PL de Bolsonaro é derrotado em 7 das 9 capitais onde disputou o segundo turno

É factível dizer que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi o grande derrotado neste segundo turno das eleições municipais. O partido dele, PL perdeu em 7 das 9 capitais onde disputou o segundo turno das eleições municipais de 2024, no domingo (27).

A sigla elegeu apenas 2 prefeitos de capitais no segundo turno, os quais se somarão aos outros 2 prefeitos de capitais eleitos pela legenda, no primeiro turno da disputa.

Neste domingo, o PL elegeu o deputado federal bolsonarista Abílio Brunini prefeito de Cuiabá (MT). Considerado bolsonarista “raiz”, Brunini derrotou o candidato do PT, Lúdio Cabral.

Onde em tese foi vitorioso — São Paulo — não pode comemorar, porque foi irrelevante na disputa, pois apoiou de forma envergonhada o candidato vitorioso, Ricardo Nunes (MDB). Bolsonaro não estava no palanque em que Nunes comemorou a vitória com aliados.

ONDE
O partido de Bolsonaro também, no segundo turno, elegeu

Aracaju (SE) — ganhou, com Emília Correia, derrotou Luiz Roberto (PDT);

Cuiabá (MT) — ganhou, com Abílio Brunini, derrotou Lúdio Cabral (PT);

Belém (PA) — perdeu, com Eder Mauro, ganhou Igor Normando (MDB), do Centrão;

Belo Horizonte (MG) — perdeu, com Bruno Engler, foi reeleito Fuad Noman (PSD), que foi reeleito, Centrão;

Fortaleza (CE) — perdeu, com André Fernandes, venceu Evandro Leitão (PT);

Goiania (GO) — perdeu, com Fred Ro-

drigues, venceu Sandro Mabel (União Brasil), Centrão;

João Pessoa (PB) — perdeu, com Marcelo Queiroga, venceu Cícero Lucena (PP), reeleito, Centrão;

Manaus (AM) — perdeu, com Capitão Alberto, derrotado por Davi Almeida (Avante), que foi reeleito; e

Palmas (TO) — perdeu, com Janad Valcari, derrotado por Eduardo Siqueira Campos (Podemos).

4 CAPITAIS

Ao todo, o PL de Bolsonaro vai comandar a partir de janeiro de 2025, 4 capitais brasileiras: Aracaju, Cuiabá, Maceió (AL) e Rio Branco (AC). Nessas 2 últimas, o partido venceu a disputa pela prefeitura ainda no primeiro turno.

O número será maior que o do PT. O partido do presidente Lula venceu apenas em Fortaleza, onde o petista Evandro Leitão derrotou o bolsonarista André Fernandes (PL) neste domingo.

Todavia, essa não foi qualquer vitória, haja vista que em 2020 o partido não elegeu nenhum prefeito em capital.

M. V.

‘Gaza virou cemitério de crianças e agressão se alastra à Cisjordânia e Líbano’, diz Lula no BRICS

O presidente Lula discursou na quarta-feira (23) na 16ª Cúpula do BRICS, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que se realiza em Kazan, na Rússia.

Lula condenou por videoconferência, já que não pode ir pessoalmente a Kazan por conta de um acidente doméstico, a ampliação do conflito no Oriente Médio e o morticínio de inocentes provocado pelas forças de ocupação israelenses.

Lula criticou a aposta na guerra e disse que o povo quer paz. “O que eles querem é uma vida de paz, sem armas que vitimam inocentes”, argumentou. O presidente brasileiro citou o presidente da Turquia na crítica ao genocídio promovido por Israel em Gaza. “Como disse o presidente Erdogan na Assembleia Geral da ONU, Gaza se tornou ‘o maior cemitério de crianças e mulheres do mundo. Essa insensatez agora se alastra para a Cisjordânia e para o Líbano’, apontou Lula.

O líder brasileiro destacou o crescimento do BRICS. Disse que

o bloco “foi responsável por parcela significativa do crescimento econômico mundial nas últimas décadas”. “Juntos, somos mais de 3,6 bilhões de pessoas, que integram mercados dinâmicos com elevada mobilidade social. Representamos 36% do PIB global por paridade de poder de compra. Contamos com 72% das terras raras do planeta, 75% do manganês e 50% do grafite”, afirmou.

O presidente do Brasil alertou, entretanto, para o fato de que “os fluxos financeiros continuam seguindo para nações ricas”. “É um Plano Marshall às avessas, em que as economias emergentes e em desenvolvimento financiam o mundo desenvolvido”, denunciou Lula. “As iniciativas e instituições do BRICS rompem com essa lógica”, acrescentou.

Lula falou também na importância do Novo Banco de Desenvolvimento (o NDB). Ele destacou que neste ano o banco completa dez anos. “O NDB conta atualmente com uma carteira de quase 100 projetos e com financiamentos da ordem de

33 bilhões de dólares. Ele foi pensado para ser bem-sucedido onde as instituições de Bretton Woods continuam falhando”, observou o chefe do Executivo brasileiro.

“Em vez de oferecer programas que impõem condicionalidades, o NDB financia projetos alinhados a prioridades nacionais. Em vez de aprofundar disparidades, sua governança se assenta na igualdade de voto. Agora é chegada a hora de avançar na criação de meios de pagamento alternativos para transações entre nossos países”, defendeu.

“Não se trata”, prosseguiu Lula, “de substituir nossas moedas. Mas é preciso trabalhar para que a ordem multipolar que almejamos se reflita no sistema financeiro internacional. Essa discussão precisa ser enfrentada com seriedade, cautela e solidez técnica, mas não pode ser mais adiada. Muitos insistem em dividir o mundo entre amigos e inimigos. Mas os mais vulneráveis não estão interessados em dicotomias simplistas”, afirmou o líder brasileiro.

Este é o recado que sai das urnas. Em suma, ninguém foi nocauteado. Tudo ainda está por se definir politicamente no país. Lula, para recuperar eleitores, precisa romper com a pauta de Haddad e pisar no acelerador do crescimento

Encerrado o segundo turno das eleições municipais no domingo (27), já podemos fazer uma leitura mais completa dos recados enviados pela população aos políticos e às instituições brasileiras. É óbvio que, por serem eleições municipais, há que se levar em conta fatores da política local, conflitos regionais e até mesmo interferências decisivas nos resultados das famigeradas emendas parlamentares.

Mas, de uma maneira geral, houve recados claros do povo às principais lideranças do país. Em primeiro lugar, precisamos registrar o alto grau de abstenção observado nessas eleições. Ela atingiu índices que variaram de 20 a 30%. Esse número elevado mostra uma insatisfação geral com toda a política. Isso deve acender um sinal de alerta a todos os representantes políticos do país.

Em segundo, os resultados, tanto do primeiro quanto do segundo turno, mostraram uma perda da “força eleitoral” de Jair Bolsonaro. Essa perda de força mostra que o eleitor brasileiro já começa a entender que por trás da sua demagogia, da conversa fiada de desregulamentação, privatizações, etc, está a velha intenção de esfolar ainda mais o povo, de deixar soltos os ladrões de terra e destruidores do planeta, e de entregar tudo o que é público para grupos privados, de preferência estrangeiros.

Já o não crescimento significativo, e até um certo recuo — principalmente no Nordeste — do partido do presidente da República, por outro lado, aponta para uma certa impaciência da população com a substituição de grandes planos de investimento e de retomada vigorosa do crescimento econômico, anunciadas pelo presidente Lula em sua campanha eleitoral, há dois anos, pela pauta desanimadora de Fernando Haddad, de cortes de gastos, privilégios aos banqueiros, restrições orçamentárias, salários contidos, “pentes finos” em programas sociais, superávits primários, etc.

O surgimento, durante o primeiro turno, na principal capital do país, São Paulo, de uma figura fascista ainda mais torpe, degenerada e marginal do que Jair Bolsonaro, e que obteve uma votação expressiva, reflete que essa perda de paciência da população pode estar ainda mais avançada do que estejamos avaliando. O fato do marginal não ir para o segundo turno representou, sem dúvida, uma vitória importante.

Outra coisa muito importante revelada — e confirmada — na eleição em São Paulo foi a tese já bastante conhecida de que vence o pleito quem apresenta as melhores propostas, mas, fundamentalmente, quem consegue construir uma frente mais ampla. Essa tese, como dissemos, se confirmou inteiramente.

Um outro aspecto que merece registro. O apoio velado do “mito” a Pablo Marçal no primeiro turno das eleições acabou reforçando o sabor de derrota obtida por Bolsonaro nas eleições municipais no geral e também na capital. Além de revelar um grande racha na extrema direita, tanto que o pastor Silas Malafaia, bolsonarista de carteirinha, saiu atacando Jair Bolsonaro publicamente, chamando-o de covarde e de falso. Mas, mais do que o racha, a postura de Bolsona-

ro ainda enfraqueceu o seu peso político na campanha vitoriosa do emedebista.

No resto do Brasil as forças ditas de centro, que podem ou não se somar a um projeto de desenvolvimento, dependendo da força desse projeto e da determinação e capacidade política de quem o conduz, saíram fortalecidas nas eleições. MDB e PSD, por exemplo, comandarão 38% dos orçamentos municipais a partir de 2025. Não é à toa que alguns integrantes do governo, forçando um pouco a barra, avaliaram que a “base política” de Lula se fortaleceu. Esta base, assim como a maioria da população, pode seguir ou se distanciar do presidente, dependendo se a pauta de Haddad se confirme ou não.

Nesta eleição é como se estivéssemos disputando as preliminares do embate decisivo que ocorrerá em 2026. E o que se viu no domingo foi um rearranjo de forças com crescimento do centro. Mas, daqui até lá, como se diz em política, muita água vai passar por debaixo da ponte.

Se o presidente Lula conseguir deixar de lado os setores neoliberais que influenciam e atrapalham o seu governo e pisar no acelerador do crescimento, certamente terá grandes chances de atrair todas essas forças e recuperar parte de seu eleitorado que foi capturado por demagogos. Aqueles que escondem que seu verdadeiro objetivo é intensificar ainda mais o arrocho, aumentar a miséria e promover a venda do Brasil para os gringos.

O bolsonarismo se frustrou em várias regiões do país. Primeiro porque aquele poder eleitoral que o ex-presidente demonstrou em outras eleições se mostrou bastante reduzido neste pleito. Dos 25 candidatos apadrinhados diretamente por Bolsonaro e sua família no último domingo, apenas 7 obtiveram êxito. Pelos cálculos do Estadão, isso corresponde a apenas 28%. Os candidatos mais identificados com Bolsonaro que venceram estão apenas em Cuiabá e Aracaju, onde os “bolsonaristas raiz” Abílio Brunini (PL) e Emília Correia (PL) foram eleitos.

Em suma, ninguém foi nocauteado nessas eleições. Tudo ainda está por se definir politicamente no país. O crescimento do centro político pode ser um fator que facilite a derrota definitiva do fascismo no Brasil. Mas, não está descartado que ele possa ser atraído por candidaturas e projetos antinacionais em gestação. Tudo dependerá da determinação do governo em livrar o país da camisa de força do neoliberalismo, que ainda está com peso na atual equipe econômica. Para conseguir isso, devemos deixar de conviver com o parasitismo e a especulação que esmagam as pessoas, o país e as empresas produtivas.

Em suma, as eleições deixaram claro para as forças que defendem o progresso, a democracia, o bem-estar do povo e a soberania que é necessário romper com o sectarismo, deixar de lado os exclusivismos, formar frentes amplas, mas, acima de tudo, ter a capacidade de liderar com firmeza essas frentes no sentido da superação do rentismo que suga o país e apostar todas as fichas no crescimento econômico acelerado, no atendimento das reais e urgentes necessidades da população e na ampliação da democracia.

SÉRGIO CRUZ

Rodrigo Neves comemora em Niterói: “Vitória da democracia”

“Essa conquista representa a derrota do extremismo, da indiferença e do despreparo”, ressaltou o prefeito eleito, após derrotar o bolsonarista Carlos Jordy

Rodrigo Neves (PDT) foi novamente eleito para comandar a Prefeitura de Niterói (RJ). Com 100% das urnas apuradas, ele soma 57,20% dos votos, ele derrotou para trás o bolsonarista Carlos Jordy (PL), com 42,80%.

No primeiro turno, Neves ficou perto de levar a disputa, ao angariar 48,47% dos votos válidos. Jordy somou 35,59%.

O candidato trabalhista postou, nas suas redes sociais, um agradecimento à população. “Vencemos a eleição! Vitória da democracia, da boa gestão e do compromisso com a qualidade de vida de todos os niteroienses. Hoje é um dia muito especial, e quero agradecer a todos que saíram de casa para votar em nosso projeto. Sou imensamente grato pela confiança de cada um, e é uma enorme felicidade receber todo esse apoio e carinho ao longo dessa jornada.

“Quando assumi a prefeitura, encontrei uma cidade endividada e com seu orgulho ferido, mas, com muito planejamento e gestão, transformamos esse cenário desafiador. Tiramos do papel obras esperadas há décadas, como o túnel Charitas-Cafubá, e enfrentamos juntos a pandemia, salvando vidas e protegendo o emprego e a renda dos niteroienses”, lembrou Neves.

“Essa conquista representa também a derrota do extremismo, da indiferença e do despreparo”, ressaltou o prefeito.

“Vamos transformar Niterói, que já é a melhor cidade para se viver e ser feliz no estado do Rio, na melhor do Brasil. Muito obrigado, e vamos juntos para quatro anos de trabalho incessante por amor a Niterói”, disse o prefeito eleito de Niterói Rodrigo Neves”, completou.

Rodrigo Neves foi prefeito de Niterói entre 2013 e 2020. Na

primeira eleição, ele ainda era filiado ao PT. Para disputar a reeleição, em 2016, ele se filiou ao PV. No ano seguinte, trocou novamente de legenda e entrou no PDT, onde permanece até hoje.

Em 2020, ele conseguiu emplacar seu sucessor, o então vice-prefeito Axel Graef (PV). Axel decidiu não concorrer à reeleição e abriu espaço para a volta de Neves. Ao comentar o tema, o prefeito eleito afirmou em sabatina à rádio CBN Rio que Graef não tem “perfil” para a chefia do Executivo, apesar de ter sido um “bom vice-prefeito”.

TERCEIRO MANDATO

Rodrigo Neves tem 48 anos e é filho de professores. Nasceu em São Gonçalo (RJ), mas cresceu na zona norte de Niterói.

Eleito prefeito em 2012, Neves teve boa avaliação popular. Saiu do PT em meio à pressão política contra a sigla e conseguiu a reeleição pelo PV, em 2016.

Em 2022, concorreu ao cargo de governador do Rio de Janeiro e ficou em terceiro lugar no pleito que elegeu Cláudio Castro (PL).

A vice na chapa de Neves é Isabel Swan (PV), velejadora que disputou duas Olimpíadas. Ela conquistou, ao lado de Fernanda Oliveira, o bronze na classe 470 nos Jogos de Pequim. Foi a primeira medalha olímpica feminina da vela para o país. Após o fim da carreira esportiva, Swan foi coordenadora da área da Mulher no Esporte do Comitê Olímpico Brasileiro. Atualmente, ela é presidente da Comissão Pan-Americana de Atletas, representando o continente junto ao Comitê Olímpico Internacional. Esta é a sua primeira incursão na política institucional.

Ricardo Nunes vence Boulos em São Paulo e diz que vitória foi graças ao “líder maior” Tarcísio

O atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) venceu o segundo turno das eleições em São Paulo. Com 100,00% dos votos apurados, Nunes obteve 59,35% dos votos válidos. Guilherme Boulos (PSOL) ficou em segundo lugar, com 40,65%. Do total de votos, as abstenções somam 31,54%, com 2.940.360 faltantes.

Ricardo Nunes assumiu a Prefeitura da cidade de São Paulo ao ocupar a cadeira de prefeito após a morte de Bruno Covas (PSDB), que faleceu em 2021, vítima de câncer. O candidato do MDB, antes de ser prefeito, foi vereador entre 2013 e 2020.

O atual prefeito teve como principal padrinho político o atual governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro do governo Bolsonaro. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no entanto, chegou a mudar o apoio em relação ao apoio a Nunes, especialmente na primeira etapa da eleição.

Em seu discurso de vitória, Nunes agradeceu a Deus, à família, ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), a quem chamou de “líder maior”, e afirmou que vai governar para todos e que o equilíbrio venceu o extremismo.

“Eu agradeço muito a Deus, agradeço à minha família. Queria deixar agradecimento especial à minha esposa Regina, que esteve sempre ao meu lado, em todos os momentos da minha vida e sofreu enormes maldades nessa campanha. E ao líder maior, sem o qual não teríamos tido essa vitória, governador Tarcísio de

Freitas”, disse.

“Não é hora de olhar para trás, a hora da diferença passou, vamos governar para todos, porque todos merecem igual respeito por parte de quem governa, aos que acompanharam essa eleição histórica, a democracia deixou uma grande lição, para nós da cidade de São Paulo, o equilíbrio venceu todos os extremismos”, completou.

Nunes é o terceiro prefeito que consegue se reeleger na história da capital, antes dele, apenas Gilberto Kassab (PSD), em 2008, e Bruno Covas (PSDB), em 2020, conseguiram o feito. Em comum, os três eram vices e assumiram a Prefeitura com a saída dos titulares. No caso de Nunes, ele sucede Bruno Covas após seu falecimento, em maio de 2021.

A eleição foi marcada por intensa troca de acusações, ofensas pessoais e episódios de agressão física, como a cadeira de Datena em Marçal e o soco dado pelo videomaker do candidato do PRTB no marqueteiro de Nunes, ambos em debates na TV. O clima bélico foi pautado pelo influenciador e contaminou a campanha eleitoral.

ABSTENÇÕES

A cidade de São Paulo bateu recorde e teve o maior número de abstenções da história em um 2º turno. O número chega a 31,54%, ou seja, 2.939.048 eleitores.

O número bateu 2020, ano da pandemia do coronavírus, quando Boulos disputou com Bruno Covas e, foi registrado 30,81% de ausentes. O 2º turno passou a ocorrer depois de 1992.



Ricardo Nunes celebrou a vitória em um clube na zona sul



Rodrigo Neves e o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes assinaram um Pacto pela Democracia, durante o segundo turno das eleições

Depois de privatizada, Sabesp receberá R\$ 455 milhões em precatórios da cidade de São Paulo

Mal teve o seu processo de privatização concluído, em agosto, a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP), agora sob controle privado, deve receber R\$ 455 milhões em acordo de precatórios municipais. A companhia anunciou que a Câmara de Conciliação de Precatórios da Procuradoria Geral do Município de São Paulo aprovou parte das propostas da empresa para liquidação de precatórios. O pagamento deve ser realizado em um prazo de até 4 meses.

Segundo a Sabesp, os valores atualizados, referentes aos acordos aprovados, totalizam R\$ 701 milhões, com data-base de setembro de 2024. A enxurrada de dinheiro novo impulsionou as ações da empresa em mais de 1%, ultrapassando os R\$ 92 e descolando-se do Ibovespa. “Esse dinheiro com certeza vai ser usado nos balanços da empresa, para melhorar os resultados, para justificar, entre outras, que a empresa privada é mais eficaz, é mais eficiente do que a empresa pública”. A avaliação é do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto do Estado de SP (Sintaema), José Faggian, em conversa com o HP.

“Além disso, não há garantia de que esse recurso vá ser utilizado em saneamento, na universalização do saneamento ou na melhoria do sistema de saneamento para a cidade de São Paulo e para o Estado de SP (A intenção é) beneficiar o capital privado e em nenhum momento o saneamento e a população”, continua Faggian.

Segundo o Sintaema, os recursos, liberados às vésperas do segundo turno da eleição, que só seriam repassa-



“Um claro toma lá, dá cá”, critica o Sintaema

dos entre 2025 e 2029, são para “pagar” pelo apoio do prefeito Ricardo Nunes, que disputa a reeleição, e dos vereadores que aprovaram, em maio, o projeto de privatização da Sabesp. “Um claro toma lá, dá cá. Uma farrá descarada com o dinheiro público”, denuncia a direção da entidade.

“Como sempre denunciávamos, a privatização era e é um crime. O processo de votação na cidade de São Paulo, além da falta de debate, nunca teve a ver com o avanço do direito ao saneamento da população. E mais, a ausência das audiências era juntamente para esconder esse tipo de acordo em um ano eleitoral”, critica o Sindicato.

Para Amauri Pollachi, especialista em recursos hídricos, “[...] é discutível receber esse montante expressivo justamente em meio ao período eleitoral”. Cabe, defende ele, “discutir a legalidade de fazer a aplicação. Isto é, esse ‘prêmio’ de Tarcísio para Nunes pode ser aplicado no curso do orçamento vigente? Ou deveria ser aplicado somente a partir do orçamento vindouro?”, questiona Amauri, que é conselheiro do Ondas (Observatório Nacional

dos Direitos à Água e ao Saneamento), em entrevista à Hora do Povo.

Segundo a CNN, entre o início de 2021 e o dia 14 de março de 2024, a Sabesp somou multas de R\$ 300 milhões por problemas de reparo em buracos. Já a prefeitura deve R\$ 3,1 bilhões para a Sabesp em títulos judiciais (precatórios). Durante um jantar no Palácio dos Bandeirantes, que contou com a presença do presidente da Câmara Municipal de SP, Milton Leite (União Brasil), a Sabesp aderiu a um programa da prefeitura obtendo um “bônus” de 40% para acerto da dívida.

Durante o encontro, cujas pautas foram a privatização da então estatal e questões de zeladoria na cidade, o Governo Tarcísio de Freitas, por meio de seus secretários que participaram do evento, conseguiu o apoio de Leite ao projeto e em seguida a “chave da resistência” na Câmara virou. Cinco meses depois, em 2 de maio, com 37 votos favoráveis e 17 contrários, os vereadores aprovaram a privatização da Sabesp.

Ministério da Justiça desmente fake news de Tarcísio sobre suposta indicação de voto em Boulos pelo PCC

O secretário nacional de segurança pública, Mário Luiz Sarubbio, afirmou, neste domingo (27), que o serviço de inteligência do governo não detectou qualquer orientação eleitoral ou ordem, por parte de facções criminosas, em nenhuma parte do país neste segundo turno das eleições municipais, portanto desmentindo as declarações do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de hoje cedo.

“O Sistema de Inteligência do Ministério da Justiça não detectou qualquer orientação de qualquer facção contrária ou a favor de qualquer candidato neste segundo turno”, disse Sarubbio.

Tarcísio afirmou neste domingo que a polícia paulista interceptou mensagens de integrantes do PCC que orientavam o voto ao candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL).

O governador disse, ainda, que trocou informações do caso com o Tribunal Superior Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

“Teve o salvo. Houve interceptação de conversas e de orientações que eram emanadas de presídios por parte de uma facção criminosa orientando determinadas pessoas,

em determinadas áreas, a votar em determinados candidatos. Houve essa ação de inteligência, houve essa interceptação.” disse o governador. Questionado sobre qual candidato, ele respondeu: “Boulos”.

O TRE-SP, por sua vez, negou que tenha recebido qualquer relatório sobre o tema e tampouco recebeu nenhuma informação.

“O Tribunal soube do caso pela imprensa. Após a divulgação do caso, o candidato a prefeito de São Paulo Guilherme Boulos entrou com uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) na 1ª Zona Eleitoral por abuso de poder político e abuso no uso dos meios de comunicação”, declarou o órgão.

Após a repercussão da declaração do governador, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) informou, em nota, que o Sistema de Inteligência da Polícia Militar (PM) interceptou a circulação de mensagens atribuídas a uma facção criminosa determinando a escolha de candidatos a prefeitura nos municípios de Sumaré, Santos e na capital paulista. “A Polícia Civil investiga a origem das mensagens”, disse a SSP-SP, mas também não

apresentou provas.

TARCÍSIO COMETEU CRIME

O ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, afirmou em uma publicação na rede social X que Tarcísio “cometeu um crime”.

“A declaração do Governador Tarcísio é uma vergonha. Mostra o desprezo aos princípios republicanos que ele deveria respeitar. Esse comportamento não pode ser ignorado pelas autoridades. Tarcísio de forma covarde cometeu um crime e deve ser responsabilizado por isso. Guilherme Boulos é vítima do preconceito, da injustiça e do abuso de poder”, escreveu.

Boulos negou a acusação e ingressou com uma ação de investigação na Justiça Eleitoral contra Tarcísio por abuso de poder político e abuso de comunicação. “Tarcísio é cabo eleitoral de Nunes, faz tal declaração ao lado do prefeito em claro gesto de campanha. Usa a máquina pública de maneira vergonhosa e irresponsável. Isso fere todos os preceitos democráticos. O governador Tarcísio responderá na Justiça por sua atitude criminosa”.



Lula fala durante assinatura do acordo

Lula afirma que tragédia de Mariana só não foi evitada “por ganância e lucro” das mineradoras

O governo federal assinou, nesta sexta-feira (25), um acordo para pagamento de R\$ 132 bilhões em indenização pelas empresas envolvidas na tragédia de Mariana, em Minas Gerais, em 2015. O valor visa reparar os prejuízos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, administrada pela Samarco, empresa controlada pelas mineradoras Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, no maior desastre ambiental da história brasileira.

O acordo assinado hoje é uma repactuação do primeiro acordo com as mineradoras assinado em 2016, que não levava em conta a dimensão da tragédia. Ao longo dos anos foram abertas diversas ações judiciais sobre o caso. Em 2018, as negociações foram retomadas.

Na cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou investimentos em prevenção a esse tipo de evento.

“Eu espero que as empresas mineradoras tenham aprendido uma lição. Ficaria muito mais barato ter evitado o que aconteceu, infinitamente mais barato. Certamente não custaria R\$ 20 bilhões evitar a desgraça que aconteceu”, disse Lula.

O presidente também criticou os modelos de privatização e questionou onde foram aplicados os R\$ 37 bilhões que as mineradoras dizem ter pago por meio da Fundação Renova desde o rompimento da barragem.

“É muito difícil negociar com uma corporation que a gente não sabe quem é o dono e que tem muita gente dando palpito. E que, muitas vezes, o dinheiro que poderia ter evitado a desgraça que aconteceu é utilizado para pagar dividendos”, acrescentou.

O presidente também afirmou que a tragédia de 2015 “poderia ter sido evitada, mas não foi por ganância e lucro. Foi uma irresponsabilidade pura com o povo da região”.

“É importante a gente lembrar que a gente ainda não sabe o que foi feito com o gasto pela fundação criada para cuidar disso. Este é o dado concreto. Nem o Ministério Público sabe, nem a Defensoria sabe, nem os governos do Estado sabem, nem o governo federal sabe”, apontou.

Lula ainda cobrou de todos os agentes públicos envolvidos que as ações sejam acompanhadas de perto, para garantir a reparação às vítimas. “A gente não está lidando com coisas estranhas, está lidando com o ser humano. A gente, possivelmente, não consiga nunca devolver a totalidade dos prejuízos que essas pessoas tiveram, que tem o prejuízo psicológico, além das mortes, tem o prejuízo das coisas que as pessoas gostavam e que nunca mais vão ver e que não tem substituto”, disse.

Ainda de acordo com Lula, o acordo celebrado nesta sexta foi o “possível”. “Se a gente comparar com o acordo que existia antes de eu chegar à presidência da República e se a gente não esquecer o que aconteceu em Brumadinho”, lembrou o presidente da República.

O acordo de reparação socioeconômica pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019, girou em torno de R\$ 37 bilhões. 272 pessoas morreram no rompimento da barragem da Vale.

Dos R\$ 132 bilhões previstos no acordo, R\$ 100 bilhões são novos recursos que devem ser pagos em até 20 anos pelas empresas ao poder público, para serem aplicados em diversas ações. As companhias também destinarão R\$ 32 bilhões para custeio de indenizações a pessoas atingidas e de ações reparatórias que permanecerão sob sua responsabilidade.

Elas afirmam, ainda, já terem desembolsado R\$ 38 bilhões na reparação socioambiental, por meio da Fundação Renova, criada pelas empresas para conduzir as ações de reparação. Com a assinatura do acordo, a fundação será extinta, e a própria Samarco assumirá as obrigações.

O crime ambiental de Mariana ocorreu em 5 de novembro 2015, com o rompimento da barragem de rejeitos de mineração. O distrito de Bento Rodrigues foi totalmente destruído pela lama. Dezenove pessoas morreram, três estão desaparecidas até hoje e 600 pessoas ficaram desabrigadas.

Aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos foram despejados no meio ambiente, atingindo 49 municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo. A lama percorreu 663 quilômetros pela Bacia do Rio Doce, até atingir o mar do litoral capixaba.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, explicou que as tratativas feitas, até então, foram insuficientes, e novas negociações atravessaram 2023 e 2024, já pelo governo Lula. Os termos não previam, por exemplo, a retirada de rejeitos, ações de saúde coletiva e indenizações individuais, que estão previstos na nova repactuação.

“Hoje estamos entregando um acordo possível”, disse Messias. “[Quero] dizer para as vítimas, para a população da Bacia do Rio Doce, que nós temos lado e que não tenham dúvida que, todo acordo que foi construído, foi atendendo à reivindicação histórica das comunidades”, acrescentou.

FUP: 'Pacto pela reindustrialização é o que enfrentará especuladores'



Deyvid Barcelar: "Inimigos do Brasil são aqueles que vivem da especulação"

Deyvid Barcelar, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), ressalta que a Petrobrás é essencial para esse processo

Em entrevista ao HP, Deyvid Barcelar, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), falou sobre o movimento entre trabalhadores e empresários em defesa pela reindustrialização do país. Para Barcelar, "uma parcela dos empresários enxerga que há condições de termos uma pujante indústria. Um grande exemplo é a CNI (Confederação Nacional da Indústria), presidida pelo baiano Albano", ressalta.

Leia a entrevista a seguir, e a integra em horadopovo.com.br

HP - Por que a FUP é favor da exploração da Margem Equatorial?

Dayvid Bacelar - A FUP é a favor da exploração da Margem Equatorial por conta da segurança energética brasileira. A curva de produção do pré-sal terá início a partir de 2032. E, devido a isso, o país necessita de novas margens exploratórias, a exemplo da Margem Equatorial e da Bacia de Pelotas.

Hoje, nós somos autossuficientes na produção de petróleo. O país já exporta mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia e, para atender a demanda interna e garantir a nossa soberania energética, é inadmissível que haja a possibilidade de voltarmos a ser um país dependente de importação de petróleo.

É muito importante que tenhamos o licenciamento ambiental para que esse poço pioneiro seja perfurado e consigamos identificar se de fato há petróleo ou não, como já sinalizam os estudos geológicos e a produção de petróleo existentes na Guiana e em Suriname, essa grande reserva que vai desde o Amapá até o Rio Grande do Norte.

Mas a FUP também entende que essa nova reserva e descoberta, que já é uma das maiores do mundo, precisa ser utilizada de maneira diferenciada, principalmente de forma dialogada com as comunidades que serão impactadas na região norte e nordeste do país, fazendo com que, então, esse desenvolvimento econômico seja também social e sustentável. Que essa grande riqueza, a ser gerada através da exploração e produção de petróleo e gás na Margem Equatorial, seja utilizada para a transição energética justa e inclusiva.

HP - Qual pode ser o papel da Petrobrás num programa de reindustrialização do país?

D.B - A Petrobrás tem um papel preponderante num programa de reindustrialização ou neindustrialização do Brasil. A Petrobrás tem uma capacidade de investimento incomparável com qualquer empresa brasileira e também com relação à capacidade de investimento do Estado. Então é uma empresa pública estatal que precisa ser um instrumento, como já disse, de desenvolvimento econômico, social e sustentável, principalmente a partir da neindustrialização brasileira. Nós temos uma oportunidade ímpar que está em voga hoje, que é dessa nova indústria da transição energética.

Estamos falando não somente da geração de energia limpa ou renovável a partir da energia

eólica ou solar, mas principalmente na produção de "combustíveis verdes" ou com baixas emissões de gases de efeito estufa ou combustíveis sustentáveis, principalmente a partir de uma tecnologia já existente na Alemanha e China, que precisa ser desenvolvida aqui no Brasil através do potencial que a Petrobrás tem, com o seu gigantesco centro de pesquisas, que é um dos maiores e melhores do mundo e com a sua capacidade atual de investimentos. A Petrobrás tem no seu planejamento estratégico a sinalização de investimentos em mais de 100 bilhões de dólares, desses 15,1 bilhões de dólares precisam ser destinados para a transição energética.

Por exemplo, na Bahia nós temos esse grande potencial de geração de energia eólica e solar, incomparável com todos os estados do Brasil e incomparável com vários países do mundo. Por que então não termos uma refinaria verde instalada no estado da Bahia? Precisamos aproveitar essa potencialidade, que é específica do nosso estado, utilizando esse gigante polo petroquímico e a indústria de mineração já existente no estado da Bahia, consequentemente no Nordeste e no Brasil.

Entendemos que a Petrobrás pode ajudar o Brasil a ser esse grande país produtor de energias renováveis. O objetivo é que a Petrobrás consiga fazer os seus investimentos em energias renováveis, em combustíveis sustentáveis, promovendo esse amplo diálogo com as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas, ribeirinhas, os povos originários e os trabalhadores e trabalhadoras que precisam ter empregos garantidos e empregos de qualidade.

HP - Quem são os inimigos da indústria? A FUP apostaria numa participação de fato dos empresários da indústria num programa de desenvolvimento nacional baseado no fortalecimento do mercado interno e no investimento público?

D.B - Os inimigos da indústria brasileira, sem dúvida, são os grandes rentistas, ou seja, aqueles que vivem apenas de investimentos financeiros ou da especulação no mercado de capitais. Como diz o Jessé Souza, "a nossa elite do atraso".

O país sempre teve um grande potencial produtivo devido às suas características, pelas suas riquezas minerais, pelo seu povo trabalhador, pela sua condição de um país continental e com uma estabilidade política nos últimos tempos. Mas sofreu um processo de desindustrialização gigantesco nos governos Temer e Bolsonaro, por conta dos interesses desses rentistas e nossa elite do atraso, que nunca acreditou que o país pudesse ser uma potência internacional.

Nós temos aqui no Brasil uma das maiores taxas de juros do mundo, por conta dessa "independência do Banco Central". Entendemos que essas taxas da Selic hoje, às alturas, como disse, uma das maiores do planeta, apenas atrapalham e também somam com essa luta contrária à indústria nacional feita pela nossa elite do atraso.

Instituições de científicas reagem contra nomeação de negacionista para a Faperj

A comunidade científica do Rio de Janeiro e dirigentes de importantes instituições nacionais de pesquisa, entre elas a Fiocruz, Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, se manifestaram no decorrer desta semana diante da iminência da substituição da presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio (Faperj) por uma indicação política do PL, como pretende o governador Cláudio Castro.

A ameaça ao órgão é ainda mais relevante visto o possível nome a assumir o cargo ser o ex-secretário de Educação Alexandre Valle, indicação de um conhecido negacionista e anti-ciência, o atual secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Anderson Moraes, "notório" por seus projetos quando era deputado estadual contrário à vacina da Covid-19 e a favor da extinção da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Na quinta-feira (24), a Fundação Oswaldo Cruz divulgou uma nota de repúdio, afirmando que na gestão do atual presidente, Jerson Lima, "a Faperj foi fundamental na defesa da ciência e ganhou maior agilidade na garantia de bolsas e recursos financeiros fundamentais ao desenvolvimento de pesquisas".

"Desse modo, temos absoluta convicção de que, ao reforçar o posicionamento de diversas instituições científicas, é necessário que o governo estadual submeta à maior ponderação e reflexão sua decisão de promover mudanças na direção da Faperj, sob o risco de causar um impacto devastador nas conquistas de um projeto construído com tanto zelo e competência nos últimos anos", afirma a direção da Fiocruz.

"Médico, professor e pesquisador reconhecido no Brasil e no exterior, Jerson Lima tem se reafirmado como gestor de visão estratégica, que conduziu a Faperj a uma posição elevada entre as principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica em nosso país. Seu entendimento do papel da ciência

de tecnologia para o progresso econômico e social, identifica-se plenamente com nossa missão institucional de contribuir com pesquisa, produção de insumos e serviços para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde", continua a nota da Fundação. A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência também se posicionaram, apelando para que "não se faça, da direção da Faperj, um cargo de indicação partidária".

A Friperj, entidade que reúne dez reitores de instituições de ensino, também se manifestou afirmando que "a manutenção do presidente da Faperj, pesquisador reconhecido pela comunidade acadêmica, é essencial para garantir a integridade desta valiosa instituição que promove ciência, tecnologia e inovação como instrumento de desenvolvimento social e econômico do nosso Estado".

De acordo com o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio, que também defendeu a manutenção de Jerson Lima, "Se existe uma área que está funcionando muito bem no Rio é a Faperj, com suas pesquisas, seus convênios, presidida por uma pessoa que vem do setor de pesquisa e inovação. Vamos prestigiar as coisas que estão dando certo e mudar o que for necessário", disse.

Como forma de protesto, na quinta-feira (24), o prédio da Faperj, no Centro do Rio, recebeu um "abraço". Com cartazes que dizem "Com a Faperj ninguém mexe. Jerson fica", representantes da comunidade científica e funcionários da instituição expressaram seu repúdio à mudança. A manifestação foi organizada pela Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj).

"Pejotização do país é um risco à proteção social e trabalhista", afirma Dino

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou na terça-feira (22) que o Brasil pode se tornar uma "nação de pejotizados", caso nada seja feito para deter o avanço de contratações sem vínculo empregatício.

"Acho que nós tínhamos que reavaliar o tema, não para rever a jurisprudência, mas para delimitar até onde ela vai, porque hoje nós vamos virar uma nação de pejotizados", afirmou o ministro durante julgamento na 1ª turma do STF.

De acordo com o ministro, a contratação de trabalhadores como PJs (pessoas jurídicas) traz riscos à proteção social e trabalhista.

"O pejotizado vai envelhecer e ele não terá aposentadoria. Esse pejotizado vai sofrer um acidente de trabalho e ele não terá benefício previdenciário. Se for uma mulher, ela vai engravidar e não terá licença gestante", sinalizou Flávio Dino.

As advertências do ministro sobre o tema ocorreram durante julgamento no qual uma empresa de produção audiovisual questionava a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que reconheceu vínculo entre ela e um ex-assistente de iluminação.

Flávio Dino, como relator do caso, defendeu que a decisão do tribunal trabalhista deveria ser mantida, por não contrariar entendimento do STF a respeito de terceirização.

Portuários fazem dia de paralisação contra retirada de direitos e extinção de categorias

Trabalhadores portuários de todo o Brasil cruzaram os braços nesta terça-feira (22) por 12 horas em protesto contra as propostas de alteração na Lei dos Portos, que devem ser apresentadas na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (23).

O movimento é organizado pela FNP (Federação Nacional dos Portuários), FNE (Federação Nacional dos Estivadores) e Fenccovib, que reúne consertadores de carga e descarga, vigias portuários, trabalhadores de bloco, arrumadores e amarradores de navios. Juntas, as entidades representam mais de 50 mil trabalhadores.

"A greve está sendo feita contra um relatório e um anteprojeto de lei que retira direitos de todos os trabalhadores portuários do Brasil, reduz o mercado de trabalho, extingue categorias de trabalhadores portuários reconhecidos por lei, restringe a participação dos nossos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, e acaba com o direito à exclusividade dos trabalhadores reconhecidos por lei para contratação com vínculo empregatício, entre outros", disse o presidente da Fenccovib, Mário Teixeira.

A decisão pela paralisação foi tomada após a divulgação de um projeto de lei que visa extinguir direitos trabalhistas conquistados, como o adicional noturno e o pagamento por adicional de risco. As entidades denunciam que o projeto a ser apresentado extingue os sindicatos que representam quatro categorias: conferentes de carga, consertadores, trabalhadores

de bloco e vigias portuários.

Atualmente, a Lei dos Portos regula os contratos dos trabalhadores, supervisionados pelo Órgão de Gestão do Trabalho (OGMO), que garante remuneração justa, formação profissional e condições de segurança. A proposta em discussão na Câmara dos Deputados busca eliminar a contratação exclusiva de trabalhadores autônomos inscritos no OGMO, o que abriria espaço para a precarização e a terceirização.

Em Santos, principal porto do país, cerca de 20 mil trabalhadores aderiram à paralisação. A categoria teme que as mudanças na legislação aumentem a vulnerabilidade da categoria e prejudiquem a qualidade dos serviços prestados nos portos. A categoria também protesta contra o leilão do terminal de contêineres STS10. "Querem leiloar o terminal de contêiner e acabar com o cais público, que dá emprego aos trabalhadores", diz o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva), Bruno José dos Santos.

José Adilson, vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e presidente do Comitê Regional da Seção de Portuários da ITF para a América Latina, ressaltou a legitimidade da mobilização e destacou que a emenda à lei também representa um risco significativo para a segurança nas operações portuárias. "As iniciativas dos empregadores buscam tornar a força de trabalho no porto precária", afirmou Adilson.

De acordo com Rui Mendes, Presidente do Sindicato



"Pejotização do país é um risco à proteção social e trabalhista", afirma Dino

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou na terça-feira (22) que o Brasil pode se tornar uma "nação de pejotizados", caso nada seja feito para deter o avanço de contratações sem vínculo empregatício.

"Acho que nós tínhamos que reavaliar o tema, não para rever a jurisprudência, mas para delimitar até onde ela vai, porque hoje nós vamos virar uma nação de pejotizados", afirmou o ministro durante julgamento na 1ª turma do STF.

De acordo com o ministro, a contratação de trabalhadores como PJs (pessoas jurídicas) traz riscos à proteção social e trabalhista.

"O pejotizado vai envelhecer e ele não terá aposentadoria. Esse pejotizado vai sofrer um acidente de trabalho e ele não terá benefício previdenciário. Se for uma mulher, ela vai engravidar e não terá licença gestante", sinalizou Flávio Dino.

As advertências do ministro sobre o tema ocorreram durante julgamento no qual uma empresa de produção audiovisual questionava a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que reconheceu vínculo entre ela e um ex-assistente de iluminação.

Flávio Dino, como relator do caso, defendeu que a decisão do tribunal trabalhista deveria ser mantida, por não contrariar entendimento do STF a respeito de terceirização.

Instituições de científicas reagem contra nomeação de negacionista para a Faperj

A comunidade científica do Rio de Janeiro e dirigentes de importantes instituições nacionais de pesquisa, entre elas a Fiocruz, Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, se manifestaram no decorrer desta semana diante da iminência da substituição da presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio (Faperj) por uma indicação política do PL, como pretende o governador Cláudio Castro.

A ameaça ao órgão é ainda mais relevante visto o possível nome a assumir o cargo ser o ex-secretário de Educação Alexandre Valle, indicação de um conhecido negacionista e anti-ciência, o atual secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Anderson Moraes, "notório" por seus projetos quando era deputado estadual contrário à vacina da Covid-19 e a favor da extinção da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Na quinta-feira (24), a Fundação Oswaldo Cruz divulgou uma nota de repúdio, afirmando que na gestão do atual presidente, Jerson Lima, "a Faperj foi fundamental na defesa da ciência e ganhou maior agilidade na garantia de bolsas e recursos financeiros fundamentais ao desenvolvimento de pesquisas".

"Desse modo, temos absoluta convicção de que, ao reforçar o posicionamento de diversas instituições científicas, é necessário que o governo estadual submeta à maior ponderação e reflexão sua decisão de promover mudanças na direção da Faperj, sob o risco de causar um impacto devastador nas conquistas de um projeto construído com tanto zelo e competência nos últimos anos", afirma a direção da Fiocruz.

"Médico, professor e pesquisador reconhecido no Brasil e no exterior, Jerson Lima tem se reafirmado como gestor de visão estratégica, que conduziu a Faperj a uma posição elevada entre as principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica em nosso país. Seu entendimento do papel da ciência

de tecnologia para o progresso econômico e social, identifica-se plenamente com nossa missão institucional de contribuir com pesquisa, produção de insumos e serviços para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde", continua a nota da Fundação. A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência também se posicionaram, apelando para que "não se faça, da direção da Faperj, um cargo de indicação partidária".

A Friperj, entidade que reúne dez reitores de instituições de ensino, também se manifestou afirmando que "a manutenção do presidente da Faperj, pesquisador reconhecido pela comunidade acadêmica, é essencial para garantir a integridade desta valiosa instituição que promove ciência, tecnologia e inovação como instrumento de desenvolvimento social e econômico do nosso Estado".

De acordo com o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio, que também defendeu a manutenção de Jerson Lima, "Se existe uma área que está funcionando muito bem no Rio é a Faperj, com suas pesquisas, seus convênios, presidida por uma pessoa que vem do setor de pesquisa e inovação. Vamos prestigiar as coisas que estão dando certo e mudar o que for necessário", disse.

Como forma de protesto, na quinta-feira (24), o prédio da Faperj, no Centro do Rio, recebeu um "abraço". Com cartazes que dizem "Com a Faperj ninguém mexe. Jerson fica", representantes da comunidade científica e funcionários da instituição expressaram seu repúdio à mudança. A manifestação foi organizada pela Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj).



Deyvid Barcelar: "Inimigos do Brasil são aqueles que vivem da especulação"



Portuários fazem dia de paralisação contra retirada de direitos e extinção de categorias

Trabalhadores portuários de todo o Brasil cruzaram os braços nesta terça-feira (22) por 12 horas em protesto contra as propostas de alteração na Lei dos Portos, que devem ser apresentadas na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (23).

O movimento é organizado pela FNP (Federação Nacional dos Portuários), FNE (Federação Nacional dos Estivadores) e Fenccovib, que reúne consertadores de carga e descarga, vigias portuários, trabalhadores de bloco, arrumadores e amarradores de navios. Juntas, as entidades representam mais de 50 mil trabalhadores.

"A greve está sendo feita contra um relatório e um anteprojeto de lei que retira direitos de todos os trabalhadores portuários do Brasil, reduz o mercado de trabalho, extingue categorias de trabalhadores portuários reconhecidos por lei, restringe a participação dos nossos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, e acaba com o direito à exclusividade dos trabalhadores reconhecidos por lei para contratação com vínculo empregatício, entre outros", disse o presidente da Fenccovib, Mário Teixeira.

A decisão pela paralisação foi tomada após a divulgação de um projeto de lei que visa extinguir direitos trabalhistas conquistados, como o adicional noturno e o pagamento por adicional de risco. As entidades denunciam que o projeto a ser apresentado extingue os sindicatos que representam quatro categorias: conferentes de carga, consertadores, trabalhadores

de bloco e vigias portuários.

Atualmente, a Lei dos Portos regula os contratos dos trabalhadores, supervisionados pelo Órgão de Gestão do Trabalho (OGMO), que garante remuneração justa, formação profissional e condições de segurança. A proposta em discussão na Câmara dos Deputados busca eliminar a contratação exclusiva de trabalhadores autônomos inscritos no OGMO, o que abriria espaço para a precarização e a terceirização.

Em Santos, principal porto do país, cerca de 20 mil trabalhadores aderiram à paralisação. A categoria teme que as mudanças na legislação aumentem a vulnerabilidade da categoria e prejudiquem a qualidade dos serviços prestados nos portos. A categoria também protesta contra o leilão do terminal de contêineres STS10. "Querem leiloar o terminal de contêiner e acabar com o cais público, que dá emprego aos trabalhadores", diz o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva), Bruno José dos Santos.

José Adilson, vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e presidente do Comitê Regional da Seção de Portuários da ITF para a América Latina, ressaltou a legitimidade da mobilização e destacou que a emenda à lei também representa um risco significativo para a segurança nas operações portuárias. "As iniciativas dos empregadores buscam tornar a força de trabalho no porto precária", afirmou Adilson.

De acordo com Rui Mendes, Presidente do Sindicato



"Pejotização do país é um risco à proteção social e trabalhista", afirma Dino

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou na terça-feira (22) que o Brasil pode se tornar uma "nação de pejotizados", caso nada seja feito para deter o avanço de contratações sem vínculo empregatício.

"Acho que nós tínhamos que reavaliar o tema, não para rever a jurisprudência, mas para delimitar até onde ela vai, porque hoje nós vamos virar uma nação de pejotizados", afirmou o ministro durante julgamento na 1ª turma do STF.

De acordo com o ministro, a contratação de trabalhadores como PJs (pessoas jurídicas) traz riscos à proteção social e trabalhista.

"O pejotizado vai envelhecer e ele não terá aposentadoria. Esse pejotizado vai sofrer um acidente de trabalho e ele não terá benefício previdenciário. Se for uma mulher, ela vai engravidar e não terá licença gestante", sinalizou Flávio Dino.

As advertências do ministro sobre o tema ocorreram durante julgamento no qual uma empresa de produção audiovisual questionava a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que reconheceu vínculo entre ela e um ex-assistente de iluminação.

Flávio Dino, como relator do caso, defendeu que a decisão do tribunal trabalhista deveria ser mantida, por não contrariar entendimento do STF a respeito de terceirização.

Instituições de científicas reagem contra nomeação de negacionista para a Faperj

A comunidade científica do Rio de Janeiro e dirigentes de importantes instituições nacionais de pesquisa, entre elas a Fiocruz, Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, se manifestaram no decorrer desta semana diante da iminência da substituição da presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio (Faperj) por uma indicação política do PL, como pretende o governador Cláudio Castro.

A ameaça ao órgão é ainda mais relevante visto o possível nome a assumir o cargo ser o ex-secretário de Educação Alexandre Valle, indicação de um conhecido negacionista e anti-ciência, o atual secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Anderson Moraes, "notório" por seus projetos quando era deputado estadual contrário à vacina da Covid-19 e a favor da extinção da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Na quinta-feira (24), a Fundação Oswaldo Cruz divulgou uma nota de repúdio, afirmando que na gestão do atual presidente, Jerson Lima, "a Faperj foi fundamental na defesa da ciência e ganhou maior agilidade na garantia de bolsas e recursos financeiros fundamentais ao desenvolvimento de pesquisas".

"Desse modo, temos absoluta convicção de que, ao reforçar o posicionamento de diversas instituições científicas, é necessário que o governo estadual submeta à maior ponderação e reflexão sua decisão de promover mudanças na direção da Faperj, sob o risco de causar um impacto devastador nas conquistas de um projeto construído com tanto zelo e competência nos últimos anos", afirma a direção da Fiocruz.

"Médico, professor e pesquisador reconhecido no Brasil e no exterior, Jerson Lima tem se reafirmado como gestor de visão estratégica, que conduziu a Faperj a uma posição elevada entre as principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica em nosso país. Seu entendimento do papel da ciência

de tecnologia para o progresso econômico e social, identifica-se plenamente com nossa missão institucional de contribuir com pesquisa, produção de insumos e serviços para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde", continua a nota da Fundação. A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência também se posicionaram, apelando para que "não se faça, da direção da Faperj, um cargo de indicação partidária".

A Friperj, entidade que reúne dez reitores de instituições de ensino, também se manifestou afirmando que "a manutenção do presidente da Faperj, pesquisador reconhecido pela comunidade acadêmica, é essencial para garantir a integridade desta valiosa instituição que promove ciência, tecnologia e inovação como instrumento de desenvolvimento social e econômico do nosso Estado".

De acordo com o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio, que também defendeu a manutenção de Jerson Lima, "Se existe uma área que está funcionando muito bem no Rio é a Faperj, com suas pesquisas, seus convênios, presidida por uma pessoa que vem do setor de pesquisa e inovação. Vamos prestigiar as coisas que estão dando certo e mudar o que for necessário", disse.

Como forma de protesto, na quinta-feira (24), o prédio da Faperj, no Centro do Rio, recebeu um "abraço". Com cartazes que dizem "Com a Faperj ninguém mexe. Jerson fica", representantes da comunidade científica e funcionários da instituição expressaram seu repúdio à mudança. A manifestação foi organizada pela Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj).



Deyvid Barcelar: "Inimigos do Brasil são aqueles que vivem da especulação"



Portuários fazem dia de paralisação contra retirada de direitos e extinção de categorias

Trabalhadores portuários de todo o Brasil cruzaram os braços nesta terça-feira (22) por 12 horas em protesto contra as propostas de alteração na Lei dos Portos, que devem ser apresentadas na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (23).

O movimento é organizado pela FNP (Federação Nacional dos Portuários), FNE (Federação Nacional dos Estivadores) e Fenccovib, que reúne consertadores de carga e descarga, vigias portuários, trabalhadores de bloco, arrumadores e amarradores de navios. Juntas, as entidades representam mais de 50 mil trabalhadores.

"A greve está sendo feita contra um relatório e um anteprojeto de lei que retira direitos de todos os trabalhadores portuários do Brasil, reduz o mercado de trabalho, extingue categorias de trabalhadores portuários reconhecidos por lei, restringe a participação dos nossos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, e acaba com o direito à exclusividade dos trabalhadores reconhecidos por lei para contratação com vínculo empregatício, entre outros", disse o presidente da Fenccovib, Mário Teixeira.

A decisão pela paralisação foi tomada após a divulgação de um projeto de lei que visa extinguir direitos trabalhistas conquistados, como o adicional noturno e o pagamento por adicional de risco. As entidades denunciam que o projeto a ser apresentado extingue os sindicatos que representam quatro categorias: conferentes de carga, consertadores, trabalhadores

de bloco e vigias portuários.

Atualmente, a Lei dos Portos regula os contratos dos trabalhadores, supervisionados pelo Órgão de Gestão do Trabalho (OGMO), que garante remuneração justa, formação profissional e condições de segurança. A proposta em discussão na Câmara dos Deputados busca eliminar a contratação exclusiva de trabalhadores autônomos inscritos no OGMO, o que abriria espaço para a precarização e a terceirização.

Em Santos, principal porto do país, cerca de 20 mil trabalhadores aderiram à paralisação. A categoria teme que as mudanças na legislação aumentem a vulnerabilidade da categoria e prejudiquem a qualidade dos serviços prestados nos portos. A categoria também protesta contra o leilão do terminal de contêineres STS10. "Querem leiloar o terminal de contêiner e acabar com o cais público, que dá emprego aos trabalhadores", diz o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva), Bruno José dos Santos.

José Adilson, vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e presidente do Comitê Regional da Seção de Portuários da ITF para a América Latina, ressaltou a legitimidade da mobilização e destacou que a emenda à lei também representa um risco significativo para a segurança nas operações portuárias. "As iniciativas dos empregadores buscam tornar a força de trabalho no porto precária", afirmou Adilson.

De acordo com Rui Mendes, Presidente do Sindicato





Sistema iraniano de defesa Sayed Defesa antiáerea iraniana faz fracassar o ataque de Israel

O Irã admitiu a perda de dois soldados empenhados na defesa de Teerã e “danos leves” causados por ataque do “criminoso regime sionista”. Acrescenta que a vida transcorre normalmente na capital do país, incluindo aeroportos depois que o espaço aéreo foi reaberto.

No sábado pela manhã o comando do Sistema de defesa antiáerea do Irã confirmou o “criminoso ataque” israelense e que estes causaram “dano limitado”, informa o portal iraniano IRNA.

Já o libanês Al Mayadeen destaca que “a tentativa de Israel de atingir bases militares em torno de Teerã fracassou”.

Segundo o comando iraniano, este ataque “faz parte da escalada beligerante” e acontece “apesar dos alertas de autoridades iranianas sobre as ações aventureiras de Israel”.

A declaração também conclama “o povo a permanecer calmo, manter a solidariedade e ignorar os rumores e mentiras da mídia inimiga”.

O Irã, através de porta-voz da Força de Defesa Aérea, também confirmou que o regime de Israel atacou em pelo menos duas ondas: “As 2:15 da hora local [19:45 hora de Brasília] sons de explosões foram ouvidos em diversas partes do Irã, particularmente a leste da capital. Duas horas depois o sistema antimíssil foi novamente ativado quando Israel atacou posições no centro e a leste do país. O sistema de defesa neutralizou, com sucesso, estes ataques”.

O jornal inglês The Guardian repercutiu as declarações iranianas, que também foram corroboradas pelo pela rede Al Jazeera.

O vice-presidente do Irã Reza Aref, saudou a defesa do país declarando que “o poder do Irã humilha os inimigos da pátria”.

O sistema de defesa Sayed de fabricação iraniana foi acionado (HispanTV)

Até o Washington Post achou necessário explicar o porquê do fracasso israelense em atingir bases iranianas, contestando a jactância israelense de que atingira “alvos militares com bombardeios precisos”.

Segundo correspondente do Washington Post em Jerusalém, Steve Hendrix, “Israel planeja seu ataque com a intenção de minimizar as baixas [do lado iraniano] e manter o impacto a um nível que permitiria ao Irã negar maior dano e conter a situação, de acordo com uma fonte informada dos planos de Israel e que nos falou em condição de anonimidade”.

AGRESSÃO CONDENADA

Países árabes e de maioria islâmica, a exemplo da Arábia Saudita, Malásia e Omã já condenaram o ataque israelense como “violação da soberania iraniana e menosprezo pelo direito internacional”.

O Irã condenou a violação do direito internacional e se colocou no direito de se defender e exigiu medidas do Conselho de Segurança da ONU no sentido de conter a agressão israelense que provoca guerra e “desestabiliza toda a região do Oriente Médio”.

Mali enfrenta mineradoras do Canadá para tomar posse de riquezas naturais do país

Países do oeste africano estão nacionalizando seus recursos naturais para a contrariedade de empresas multinacionais ocidentais que se acostumaram a superexplorar os países da região. Mali, Burkina Faso e Níger, varridos por uma onda anticolonial, formaram novos governos nacionalistas que recentemente formaram um bloco, a Aliança dos Estados do Sahel (AES), enfrentam mineradoras canadenses.

Nessa região, as empresas canadenses de mineração são as que mais lucram, extraindo bilhões de dólares, especialmente em ouro, explorando, ano após ano, três dos países mais pobres do mundo.

Os três países da AES exigiram a partida de forças militares dos EUA e França, após a tomada do poder por correntes militares que se declaram em oposição ao imperialismo como herança do colonialismo que assolou a África.

Depois de liberarem suas bases da presença estrangeira, estabeleceram pactos de defesa mútua e se aproximam da Rússia e China para fazer valer seu programa de industrialização com base da apropriação de suas riquezas naturais. Também planejam a criação de uma moeda comum entre os três países e a formação de um mercado conjunto.

No mês de setembro, o governo do Mali mandou prender quatro funcionários da empresa canadense de mineração de ouro, ‘Barrick Gold’, sob a acusação de cometerem crimes financeiros. Mali também está cobrando US\$ 500 milhões em impostos pendentes da Barrick. O CEO da empresa, Mark Bristow, já expressou contrariedade com a crescente participação do governo do país em projetos de mineração. Uma lei aprovada em 2023 dá o direito do governo a até 20% de participação como impostos pela mineração em seu território e 35% de participação em novos projetos. O CEO questionou a competência do povo do Mali com mineração.

No início deste ano, o governo do Níger reestabeleceu suas reservas de água, que eram propriedade dos franceses, e revogou o direito de empresas de mineração francesas de operarem no país.

O governo de Burkina Faso reestatizou duas minas de propriedade de empresas britânicas e anunciou a revogação de permissões de empresas estrangeiras de mineração, com a intenção de aumentar a participação do país no controle de suas reservas de ouro.

“Sabemos o que minerar nosso ouro”, disse Ibrahim Traoré, presidente interino de Burkina Faso, “e não entendo por que vamos deixar as multinacionais virem minerá-lo”.

Bombardeio de Netanyahu destrói três edifícios residenciais em Beirute



Atingido por bomba israelense, prédio de Beirute é totalmente arrasado

Israel bombardeia sede de jornal libanês, assassina três jornalistas e fere outros três

A sede do jornal Al Mayadeen, um dos mais atuantes na divulgação dos crimes de guerra israelenses, foi atacada. Escritório em Beirute, foi bombardeado por Israel durante uma onda de ataques israelenses contra a cidade. Jornais como Al Mayadeen e Al Jazeera estão proibidos de atuar em Israel pois a ditadura de Netanyahu tenta esconder do mundo os detalhes da bestialidade genocida que comete em Gaza e agora estende ao Líbano e à Cisjordânia palestina (região que sedia a Autoridade Nacional Palestina).

Logo depois do ataque à sede da Al Mayadeen (que não tinha jornalistas presentes no momento do ataque), nesta sexta-feira, as forças de ocupação e extermínio de Netanyahu atacaram um condomínio onde estavam hospedados 18 jornalistas de sete entidades de imprensa.

Neste segundo ataque, foram mortos três jornalistas do Al Mayadeen e do Al Manar, outros três ficaram feridos.

A matança de jornalistas já tirou a vida de 170 periodistas, no maior morticínio de funcionários de imprensa já registrado em qualquer conflito em toda a história.

O Ministério da Saúde do Líbano informou, esta sexta-feira (25), que três jornalistas foram assassinados e outros três ficaram feridos na sequência de um ataque aéreo realizado por Israel contra o bairro de Hasbaya, no sul do país, com o “objetivo de desmantelar as condições de trabalho da imprensa”.

“Nosso correspondente em Zahle reportou a morte de três jornalistas em um ataque israelense a Hasbaya”, confirmou a Agência Nacional de Notícias do Líbano (NNA), assinalando que outros 3 repórteres ficaram feridos e estão em tratamento.

Entre as vítimas estão Ghassan Najjar, cinegrafista, e o engenheiro de radiodifusão Mohammed Reda, ambos fun-

“Contra genocídio e apartheid de Israel”, 300 artistas espanhóis exigem embargo de armas

Cineastas, escritores, jornalistas e artistas plásticos sublinham que este “não é apenas um imperativo moral, mas também uma obrigação perante o direito internacional”.

300 artistas, cineastas, escritores e jornalistas espanhóis firmaram carta ao presidente Pedro Sánchez em que defendem “medidas urgentes para impor um embargo integral de armas a Israel”, para que se deixe de ser “cúmplice” do genocídio praticado na Palestina e no Líbano pelas tropas de Netanyahu.

“Diferentes pessoas do mundo da cultura nos unimos para transmitir que estamos profundamente preocupados com a grave situação de opressão e violência sofrida pelo povo palestino sob o genocídio e o regime de apartheid israelense”, afirma o documento, assinado entre outros pelo cineasta Pedro Almodóvar, pela atriz Alba Flores, pela diretora de cinema Isabel Coixet e pelos músicos Chicos del Maiz e Rozalén. “Como pessoas comprometidas com os valores da justiça, da paz e dos direitos humanos, sen-



Local atacado tinha carros identificados como imprensa

cionários da mídia Al Mayadeen. O cinegrafista Wissam Qasim, do canal Al Manar, também foi assassinado.

“O inimigo israelense esperou a pausa noturna dos jornalistas para surpreendê-los traiçoeiramente e matá-los enquanto dormiam, depois deles não terem parado de cobrir as notícias no campo nos últimos meses, e de transmiti-las revelando os crimes cometidos”, afirmou o Ministro da Informação libanês, Ziad Makari, em mensagem nas redes sociais.

“CRIME DE GUERRA”

“Foi um assassinato porque estavam presentes 18 jornalistas, que representavam sete instituições de mídia. É um crime de guerra”, acrescentou.

Em ligação telefônica com Ghassan Ben Jeddou, presidente do Conselho de Administração da rede pan-árabe Al Mayadeen, Makary afirmou que o Ministério entrará em contato com a UNESCO e organizações internacionais da ONU para registrar queixas oficiais sobre a agressão israelense contra jornalistas como um crime de guerra.

“A ocupação gosta de matar e entre os seus alvos estão jornalistas que expuseram os seus crimes, o que gera ódio sádico contra eles”, respondeu Ben Jeddou.

O Sindicato dos Editores de Imprensa Libaneses descreveu

essa ação como um “massacre horrível” perpetrado por Israel contra os meios de comunicação, emitindo uma declaração na qual condenou o ataque aos jornalistas e instou a comunidade internacional a levantar a sua voz contra a contínua agressão de Israel aos meios de comunicação, que viola as leis e convenções internacionais destinadas a proteger os jornalistas.

O Conselho do Sindicato dos Trabalhadores em Mídia Visual e de Áudio ecoou a declaração do Sindicato dos Editores da Imprensa Libanesa, criticando “o ensurdecedor silêncio global em relação aos crimes israelenses em andamento contra pessoas e propriedades, sem qualquer impedimento ou ouvidos atentos, bem como o sono e o silêncio de países, instituições de direitos humanos e da sociedade civil que há muito afirmam ser bastiões de defesa de direitos e liberdades”.

E não existe a possibilidade de ter havido erro no ataque israelense. As pequenas casas onde os trabalhadores da comunicação estavam hospedados tinham pelo menos dois carros estacionados ao lado delas com grandes letras brancas maiúsculas “PRESS” no capô, um dos quais pode ser visto nas imagens tiradas no local do ataque.

Leia matéria na íntegra em: www.horadapovo.com.br



Cineastas Almodóvar e Isabel Coixet e artista Rozalén

timos a responsabilidade de levantar a nossa voz contra as injustiças que perpetuam o sofrimento da população palestina”, assinalam.

Como lembra o manifesto, “os embargos de armas são uma medida poderosa para ajudar a manter a paz e provaram ser eficazes em muitos outros contextos, e foram ferramenta fundamental para acabar com o apartheid sul-africano”. “Sabemos que está em suas mãos. Não é apenas um imperativo moral, mas também uma obrigação ao abrigo do direito interna-

cional”, defendem.

Como ressaltam as personalidades do mundo artístico espanhol, “levamos demasiados meses vendo com horror os massacres praticados por Israel todos os dias”. “O fornecimento de armas e munições desde a Espanha, o transporte de armas e combustível militar através do nosso território e a compra de material militar contribuem para perpetuar a ocupação, financiar um genocídio do povo palestino e aumentar a perda de vidas e o sofrimento dos civis”, alertam.

Ataque israelense foi perto do Hospital Universitário Rafik Hariri, na capital libanesa. Entre os 18 assassinados, 4 crianças e 60 feridos

Caças israelenses bombardearam as proximidades do hospital Rafik Hariri. Três prédios, que ficam a 50 metros do hospital foram destruídos no Bairro de Jnah. Sem mostrar nenhuma evidência o governo de Israel disse estar atacando alvos do Hezbollah e acusou o partido de se esconder entre civis; as mesmas acusações que eles fazem contra o Hamas em Gaza para justificar a chacina e destruição indiscriminada sob o comando criminoso do premiê Netanyahu.

As forças israelenses não avisaram do ataque, anteriormente eles avisaram 15 minutos antes do ataque para serem evitadas algumas áreas no sul de Beirute, mas, desta vez, não avisaram que o entorno do hospital seria bombardeado.

O diretor do hospital libanês, Jihad Saadeh, disse que destroços do bombardeio causaram danos significativos ao edifício e que paramédicos e bombeiros estão se esforçando para resgatar as vítimas que ficaram sob escombros. Um socorrista disse que não se sabe quantas pessoas estão soterradas.

Outra área bombardeada fica a 400 metros do único aeroporto comercial do Líbano, a mídia local relatou um rastro de destruição, de escombros e janelas quebradas.

Há cerca de um mês, desde a invasão de Israel ao Líbano, mais de 2.400 pessoas foram mortas e mais de 10.906 pessoas ficaram feridas, mais de 1.3 milhão de pessoas foram forçadas ao deslocamento pela violência do regime de Israel.

O movimento de resistência libanês Hezbollah denunciou o exército israelense por lançar foguetes carregados com ‘bombas de fragmentação’ contra três cidades no sul do Líbano: Wadi al Hujayr, Jallet Raj e uma área florestal localizada a leste da cidade de Alma.

Bombas de fragmentação são proibidas por convenções internacionais devido a sua letalidade contra populações civis a curto e longo prazo. Elas deixam para trás restos de bombas não detonadas que futuramente podem matar civis mesmo anos depois do fim da guerra.

“O crime de lançar bombas de fragmentação confirma o desrespeito do inimigo por todas as normas e convenções internacionais”, comunicou para o canal de notícias Al Jazeera. Desde a invasão de Israel ao

operação gigantesca no território palestino e emprega 13.000 pessoas apenas em Gaza, acrescentou.

A Presidência palestina condenou o banimento da UNRWA. “Rejeitamos e condenamos a legislação... Não permitiremos isso... A votação esmagadora do chamado Knesset [parlamento de Israel] mostra a transformação de Israel em um Estado fascista”, disse Nabil Abu Rudeineh, porta-voz da presidência em Ramallah, em um comunicado.

O chefe da UNRWA, Philippe Lazzarini, disse que a proibição estabeleceu “um precedente perigoso” e “só aprofundaria o sofrimento dos palestinos”.

“Este é o ato mais recente na campanha em andamento para desacreditar e deslegitimar a UNRWA... Esses projetos de lei só vão aprofundar o sofrimento dos palestinos”, afirmou.

Ele denunciou, ainda, que a proibição se opõe à Carta da ONU e viola as obrigações de Israel sob o direito internacional.

Mais cedo, um porta-voz da UNRWA classificou a lei como “ultrajante”.

“É ultrajante que um Estado-membro das Nações Unidas esteja trabalhando para desmantelar uma agência da ONU que também é a maior responsável pela operação humanitária em Gaza”, disse Juliette Touma à agência de notícias AFP.

O assessor de mídia da UNRWA, Adnan Abu Hasna, falando à Al Jazeera, descreveu a decisão como uma escalada “sem precedentes”.

Ele afirmou que o projeto de lei, que ele descreveu como “punição coletiva”, “privará mais de 650.000 meninas e meninos da educação, colocando em risco toda uma geração de crianças”.

Líbano, mais de 2.350 pessoas foram mortas e outras 10.906 ficaram feridas pelos bombardeios de Netanyahu. O exército israelense impôs uma ordem de evacuação para 25% do Líbano forçando mais de 1,3 milhão de pessoas que vivem na região ao sul do país a ficarem desabrigadas. Apenas na segunda-feira, mais de 20 vilarejos foram esvaziados no sul do Líbano.

O serviço médico também está sendo gradualmente destruído por Israel, assim como foi em Gaza, por causa dos bombardeios do exército israelense à região. Dos cerca de 200 centros de atendimento, metade teve que fechar as portas.

Rema Jamous Imseis, diretora para o Médio Oriente da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), esteve na fronteira Líbano-Síria onde mais de 285.000 pessoas, na maioria sírios que viviam no Líbano, atravessaram fugindo do conflito. “A situação nas várias passagens de fronteira é muito crítica, mas vamos falar sobre a principal artéria que liga os dois países e que foi bombardeada por Israel há uma semana, deixando uma grande cratera”, disse Rema Imseis.

“As cenas foram realmente dramáticas. Havia muitas mulheres com vários filhos e idosos que literalmente fugiram com o que estavam vestindo e caminharam por dez horas. Se já é muito para um adulto, você tem que imaginar como é carregar várias crianças atrás de você”, relatou a diretora da ACNU.

“Durante uma visita de três dias ao Líbano, testemunhamos a devastação e sentimos o medo e a confusão das pessoas. Para eles, o futuro permanece incerto enquanto seu país estiver sob fogo. A guerra que o mundo queria evitar no Líbano está ocorrendo agora e já desencadeou uma catástrofe”, disseram em comunicado, Ted Chaiban da UNICEF e Carl Skau do Programa Mundial de Alimentos.

“As famílias estão vivendo em circunstâncias perigosas e, à medida que o conflito se agrava, o impacto psicológico sobre a população aumenta, especialmente entre crianças e jovens. Quase todas as crianças no Líbano sofreram algum tipo de impacto. Muitos foram vítimas de bombardeios, perderam seus entes queridos, casas, acesso à educação e enfrentam futuro incerto em uma pobreza mais profunda”, disseram eles.

Knesset afronta mundo e aprova banimento da agência da ONU que assiste aos palestinos

O parlamento israelense (Knesset) aprovou na segunda-feira (28) um infame projeto de lei para proibir a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), criada em 1949 pela Assembleia Geral da ONU para assistir aos refugiados que resultaram da implantação do Estado de Israel.

Com a lei, a UNRWA fica proibida de operar em território israelense e áreas sob ocupação de Israel, ou seja perde a função para a qual foi criada, em meio a fome e sede imposta por Netanyahu no cerco a Gaza.

Em suma, para acelerar o genocídio pela fome e falta de atendimento médico, depois de matar ou ferir mais de 140 mil palestinos, em marcha batida para oficializar perante o mundo sua condição de Estado pária, capaz de tudo para manter intacto seu sistema de apartheid e opressão colonial.

A lei foi aprovada por 92 a 10. Um segundo projeto de lei cortando laços diplomáticos com a UNRWA também foi votado na segunda-feira. As duas leis entram em vigor em 90 dias.

A UNRWA é a linha de vida primordial para as vítimas da limpeza étnica cometida por Israel desde 1948 e responsável por minorar o sofrimento dos mais de dois milhões de palestinos tangidos pela segunda vez para fora de seus lares pelas bombas israelenses, agora desde outubro do ano passado.

Em um ano de guerra de extermínio de Israel em Gaza, 233 funcionários da ONU, na maioria pessoal da UNRWA, foram assassinados pelas tropas coloniais israelenses. O mais recente deles na última quinta-feira.

Além dos territórios palestinos ocupados, a UMRWA atua na Jordânia, Síria e Líbano, onde grande parte dos palestinos se refugiaram desde 1948.

Nour Odeh, da Al Jazeera, relatando de Amã, na Jordânia, disse que isso “privaria cerca de 3 milhões de palestinos na Cisjordânia ocupada e em Gaza de qualquer serviço prestado pela UNRWA”. E uma

'BRICS é parte da formação de uma ordem mundial multipolar', diz Putin



Presidente Díaz-Canel acompanha os trabalhos de religamento do sistema. Agravamento do bloqueio causou o colapso das termelétricas em Cuba

Com Cuba há oito anos – somando os mandatos de Trump e de Biden – sob um agravamento tão brutal do bloqueio econômico dos EUA a ponto de ter dificuldade até mesmo de importar petróleo para as termelétricas, o sistema elétrico cubano entrou em colapso na sexta-feira, nas vésperas da chegada do furacão Oscar, e só na segunda-feira (21) logrou-se restaurar a eletricidade de 90% dos domicílios de Havana, enquanto na ilha inteira continuam os esforços para superar a emergência energética, com a retomada se dando por regiões.

O apagão é a manifestação mais crua da gravidade da agressão econômica dos EUA contra a população cubana do cruel bloqueio que há 32 anos vem sendo repudiado por quase unanimidade na Assembleia Geral anual da ONU.

“O colapso do sistema de energia é mais uma demonstração de todos os problemas que o bloqueio nos causa”, afirmou o presidente Miguel Díaz-Canel. “Tudo acontece por causa das divisas que não temos, devido à perseguição financeira e do combustível que não temos por causa da sabotagem energética”, acrescentou.

Ele também agradeceu às manifestações, pelo México, Venezuela, Colômbia e Rússia, de prontidão para apoiar a restauração do fornecimento de energia elétrica na Ilha, com combustível e especialistas.

Sob as leis de intensificação do bloqueio dos anos Clinton, o navio que aportar em Cuba fica proibido por seis meses de ingressar nos EUA. Sob as “regulamentações” de Trump, que Biden manteve, o petróleo tem que ser pago em cash no momento da entrega e não adianta ter dinheiro em conta bancária, porque Cuba é excluída do sistema de pagamentos controlado por Washington.

“Os combustíveis são pagos em dinheiro, e muitas vezes tendo dinheiro nos bancos não podemos fazer as transações porque ninguém quer aceitá-los. Foi o que nos aconteceu com o navio de gás liquefeito de petróleo, que esteve atracado durante quase um mês”, disse o ministro de Minas e Energia de Cuba, Vicente Levy.

O bloqueio também dificulta ao extremo a compra de peças de reposição para a geração e distribuição, com as unidades mais novas do sistema em operação “há mais de 35 anos” e mantidas em funcionamento graças ao esforço dos técnicos cubanos.

Leia mais no site do HP



Ampliação com a entrada de mais 13 países marcou a 16ª Cúpula do BRICS

Xi Jinping: “BRICS é o canal primordial para fortalecer a solidariedade e a cooperação”

Em seu discurso na cúpula de Kazan desta semana, o presidente chinês Xi Jinping convocou a “trabalhar juntos para transformar o BRICS em um canal primordial para fortalecer a solidariedade e a cooperação entre as nações do Sul Global e avançar a reforma da governança global”.

“A reforma da governança global está atrasada há muito tempo. Devemos defender o verdadeiro multilateralismo e aderir à visão de governança global caracterizada por ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados”, enfatizou.

“A medida que o mundo entra em um novo período definido por turbulência e transformação, devemos permitir que o mundo desça ao abismo da desordem e do caos, ou devemos nos esforçar para orientá-lo de volta ao caminho da paz e do desenvolvimento?”, ele questionou aos presentes.

“E por nossa busca compartilhada e pela tendência abrangente de paz e desenvolvimento que nós, países do BRICS, nos unimos”, disse Xi Jinping, classificando como um grande progresso no desenvolvimento do bloco o convite a mais países para se tornarem parceiros.

“Os desenvolvimentos atuais tornam a reforma da arquitetura financeira internacional ainda mais urgente. Devemos aprofundar a cooperação fiscal e financeira, promover a conectividade de nossa infraestrutura financeira

e aplicar altos padrões de segurança financeira.”

O presidente Xi enfatizou o compromisso dos BRICS com a paz e a segurança comum. “Somente abraçando a visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável podemos abrir caminho para a segurança universal.”

Ele se referiu à proposta da China e do Brasil para a crise na Ucrânia: “O objetivo é reunir mais vozes que defendem a paz. Devemos defender os três princípios fundamentais: nenhuma expansão dos campos de batalha; nenhuma escalada das hostilidades; e esforços para uma rápida desescalada da situação”.

O líder chinês também cobrou um cessar-fogo imediato e o fim da mancha no Oriente Médio e uma “resolução abrangente, justa e duradoura da questão palestina”.

Xi chamou também os integrantes do BRICS à inovação e ao desenvolvimento de alta qualidade, como a China está se propondo, e a promoverem o desenvolvimento e a cooperação verde. Ele concluiu chamando o bloco e os países da Maioria Global à cooperação para construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade.

Realizada de 22 a 24

de outubro em Kazan, na Rússia, a 16ª cúpula consolidou a liderança dos BRICS no esforço para tornar o mundo multipolar e mais democrático, justo e seguro, em superação da herança neocolonial e da atual ordem unipolar. O BRICS tem sido o motor do crescimento global, representando quase a metade da população do planeta e 36,7% do PIB global, e portanto já superou o G7, com 29,3%.

Na cúpula, o bloco, ampliado há um ano para crescer Egito, Emirados Árabes, Etiópia, Irã e Arábia Saudita aos cinco integrantes iniciais, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, aprovou convite de parceria a mais 13 países da Maioria Global, entre eles Vietnã, Argélia, Cuba, Indonésia e Nigéria.

Entre outras decisões, a cúpula de Kazan aprovou o fortalecimento do uso das moedas nacionais no intercâmbio intrabloco e do Novo Banco de Desenvolvimento, bem como iniciativas como o Acordo Contingente de Reservas. Também reiterou sua oposição às sanções unilaterais e conclamou à reforma das instituições internacionais para dar voz à Maioria Global, com o direito internacional e a Carta da ONU no centro.

Leia mais no site



Trabalhadores decidiram enfrentar intransigência da empresa sobre as pensões

Boeing nega-se a melhorar plano de aposentadorias e trabalhadores decidem pela continuação da greve

Com 64% dos trabalhadores da Boeing rejeitando a contra-proposta patronal, a greve na gigante da aeronáutica está mantida. A paralisação começou em 13 de setembro, quando os trabalhadores recusaram oferta de 25% ao longo de quatro anos de contrato, quando estavam pedindo 40% em três anos.

Nessa segunda tentativa, a Boeing aumentou a oferta salarial para 35% mas recusou restaurar o plano de aposentadoria, o que se tornou a motivação decisiva para a continuação da greve. Em paralelo, a Boeing também ameaçou demitir 10% de sua folha de trabalhadores.

“Depois de 10 anos de sacrifícios, ainda temos terreno para recuperar, e esperamos

fazê-lo retomando as negociações prontamente”, comunicaram os líderes da filial de Seattle da Associação Internacional de Maquinistas e Trabalhadores Aeroespaciais.

A continuação da paralisação é uma derrota para o novo CEO da empresa, Kelly Ortberg, que buscava fazer uma transformação na cultura na fabricante aeroespacial e para o governo de Joe Biden, que queria uma rápida resolução na disputa trabalhista que está causando um prejuízo de US\$ 100 milhões por dia.

A Boeing também está sendo investigada por vários órgãos federais ameri-

canos desde o incidente com a Alaska Airlines, em janeiro deste ano, em que um avião 737 Max perdeu uma porta em pleno voo. Desde então, as investigações levaram uma descoberta de descaso da empresa na construção de aeronaves, ignorando normas de segurança e até usando peças dadas como defeituosas nos aviões.

Nesta quarta-feira, a Boeing divulgou que está tendo um prejuízo de US\$6 bilhões no terceiro trimestre. As ações da empresa com o anúncio, caíram mais 1,76%, somando com a queda desde o início do ano, as ações da Boeing caíram em preço quase 38%.

Cúpula realizada na cidade russa de Kazan aprovou o convite para Argélia, Bielorrússia, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Indonésia, Malásia, Nigéria, Tailândia, Turquia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã

Um importante desenvolvimento na Cúpula de Kazan é a aprovação por unanimidade do convite a 13 países da Maioria Global para a participação na condição de países parceiros nos BRICS e seu esforço pela construção de um mundo multipolar mais justo, desenvolvido e seguro, democratização efetiva das relações internacionais e superação da carcomida ordem neocolonial que ainda persiste.

Por ordem alfabética, Argélia, Bielorrússia, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Indonésia, Malásia, Nigéria, Tailândia, Turquia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã.

Uma ampliação de peso, que inclui alguns dos países que mais se empenharam na luta anticolonial e anti-imperialista, a exemplo de Cuba, Argélia e Vietnã; a Indonésia, que ao lado da China e Índia encabeçou a Conferência de Bandung, precursora dos Não Alinhados; Nigéria, o mais populoso país africano, e Uganda; importantes integrantes da Associação dos Países do Sudeste Asiático, como a Malásia e a Tailândia; os ex-soviéticos Bielorrússia, Cazaquistão e Uzbequistão, também da Organização de Cooperação de Xangai; e a Turquia – esta, ao lado da Argélia, Indonésia e Malásia – parte do mundo islâmico.

“O processo de formação de uma ordem mundial multipolar está em curso, é um processo dinâmico e irreversível”, afirmou o presidente anfitrião, Vladimir Putin, na cerimônia de abertura oficial da cúpula.

“Os estados membros da nossa associação têm um potencial político, econômico, científico, tecnológico e humano verdadeiramente enorme. Ao mesmo tempo, estamos unidos por valores e visões de mundo comuns, países soberanos representando diferentes continentes, modelos de desenvolvimento, religiões, civilizações e culturas originais.”

Na reunião do BRICS estendido na quinta-feira, o presidente da Palestina, Mahmoud Abbas, manifestou sua disposição de, o quanto antes, vir a fazer parte dos BRICS, que em sua declaração repudiaram o genocídio de que os palestinos são vítimas em Gaza e pediram a solução dos Dois Estados.

Caberá à Rússia prosseguir nas discussões com esses países convidados, visando a formalização do ingresso no BRICS nessa nova condição, em que, sem serem membros plenos como Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e os recém ingressados Irã, Egito, Etiópia e Emirados Árabes, terão voz em todas as discussões mas não veto. Todas as decisões no BRICS são por consenso.

Outras instâncias de associação dos países emergentes, como a Organização de Cooperação de Xangai, já têm, além dos membros permanentes, outros com status de associados e observadores.

A Indonésia chegara a ser cogitada na ampliação anterior do BRICS, na cúpula na África do Sul, o que não se concretizou devido ao país estar prestes a realizar na época eleição de novo presidente. A Arábia Saudita, já convidada para ser membro pleno na cúpula passada, ainda não concluiu o processo de integração plena, embora esteja participando de todas as instâncias de discussão. A Turquia expressou sua prontidão a se tornar membro pleno, apesar de ser parte da Otan e candidata há décadas a ingresso na União Europeia.

Em relação aos critérios de ampliação do BRICS, segundo o chanceler brasileiro Vieira duas questões são essenciais: o apoio à reforma do Conselho de Segurança

da ONU (para incluir como membros permanentes os países emergentes) e o rechaço das sanções unilaterais, aquelas impostas à revelia da ONU.

ADEUS A KAZAN

A 16ª Cúpula do BRICS se encerrou nesta quinta-feira (24) em Kazan, na Rússia, com a plenária estendida, com a participação de 36 países, da Comunidade de Estados Independentes (CEI), da Organização de Cooperação de Xangai (OSX), do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco ligado ao bloco e cuja presidente é Dilma Rousseff, e do secretário-geral da ONU, Antonio Guterres.

O BRICS já é o mais importante bloco do mundo, do ponto de vista econômico e geopolítico, rivalizando com o G7, o consórcio de países ex-coloniais e imperialistas encabeçado por Washington. Em 2023 a parcela da produção do BRICS em relação ao total da produção mundial atingiu 37,4%, enquanto a produção do G7 caiu para 29,3% do PIB mundial.

Quase metade da população mundial é dos países que integram o BRICS, em comparação com o assim chamado “bilhão dourado” do G7. O BRICS já se tornou no novo motor do desenvolvimento global e, nas palavras do presidente Putin, “não somos contra o ocidente, mas não somos como o ocidente. Somos a favor do respeito e do desenvolvimento de seus integrantes”.

O Brasil se fez representar pelo chanceler Mauro Vieira, após um acidente doméstico impedir a viagem do presidente Lula a Kazan por orientação médica. Lula falou no segundo dia da cúpula por videoconferência, em que destacou que o BRICS “foi responsável por parcela significativa do crescimento econômico mundial nas últimas décadas”, mas os fluxos financeiros continuam seguindo para as nações ricas.

“É um Plano Marshall às avessas, em que as economias emergentes e em desenvolvimento financiam o mundo desenvolvido”, ele denunciou Lula. “As iniciativas e instituições do BRICS rompem com essa lógica”, acrescentou.

O presidente brasileiro também chamou a fortalecer o NBD, por financiar projetos alinhados a prioridades nacionais e sem condicionalidades. Também convocou a “avançar na criação de meios de pagamento alternativos para transações entre nossos países”. E denunciou que Gaza se tornou “o maior cemitério de crianças e mulheres do mundo”, insensatez que “agora se alastra para a Cisjordânia e para o Líbano”.

Por sua vez, Dilma Rousseff advertiu, em referência à proliferação de sanções unilaterais, que “o fato de o dólar ser usado como arma” acaba por afetar “o sistema internacional, a confiança e a sua integridade”.

Ela também defendeu a expansão do NBD, destacando que “novos membros reforçam o papel do banco de ser uma plataforma de cooperação entre os países do Sul Global”.

A amplitude da cúpula do BRICS de Kazan demonstrou o fracasso retumbante da política imperial de tentar isolar a Rússia, por resistir à anexação da Ucrânia pela Otan e à limpeza étnica da minoria russa pelo regime instaurado em Kiev pelo golpe da CIA de 2014.

“E por nossa busca compartilhada e pela tendência abrangente de paz e desenvolvimento que nós, países do BRICS, nos unimos”, afirmou o presidente chinês Xi Jinping, classificando como um grande progresso no desenvolvimento do bloco o convite a mais países para se tornarem parceiros.

Leia a íntegra no site do HP

Rússia supera Japão e torna-se a 4ª maior economia mundial

O Fundo Monetário Internacional (FMI) classificou a Rússia como a quarta maior economia do mundo com base na paridade do poder de compra (PPC), um critério que permite comparar os padrões entre países a partir de seu poder de compra na própria moeda. E que é mais efetivo que a mera estipulação usando como fator a conversão pela taxa de câmbio.

Em seu World Economic Outlook publicado na terça-feira (22), o FMI disse que o produto interno bruto (PIB) da Rússia em 2024 equivale a 3,55% do PIB global em termos de PPC, superando o Japão, que tem 3,38%.

Assim, de acordo com o relatório do FMI, a Rússia ocupa o quarto lugar em termos de PPC, depois da China (18,8%), dos EUA (15%) e da Índia (7,9%).

Os autores do relatório registram que, pelos números mais recentes, as principais economias do mundo por PPC agora incluem três países do BRICS – China, Índia e Rússia. Eles acrescentaram que a subida da Rússia foi impulsionada pelas sanções ocidentais (e consequente reativação da produção interna, uma espécie de substituição de importações).

“Hoje temos que implementar uma substituição agres-

siva de importações e estabelecer nossa própria produção. Portanto, o quarto lugar da Rússia é bastante esperado”, disse o chefe do Centro de Pesquisa Macroeconômica da Universidade Financeira, Evgeny Balatsky, ao jornal russo Rossyiskaya Gazeta.

“Nos últimos anos, a Rússia ultrapassou seus concorrentes europeus – um após o outro – Reino Unido, França, Alemanha” e agora “o Japão”, acrescentou o acadêmico.

No início deste mês, o ministro das Finanças da Rússia, Anton Siluanov, observou que a participação dos países do BRICS no PIB global, medida pelo PPC, atingiu 36,7%.

Enquanto a participação do PIB global dos países do G7 (Canadá, França, Japão, Itália, EUA, Reino Unido e UE) em termos de PPC, ainda segundo os números do FMI, está em declínio, tendo despencado de 50,42% em 1982 para 29% em 2024.

O FMI também aumentou sua previsão de crescimento para a Rússia em 2024 e agora espera que o PIB do país cresça 3,6% este ano, um aumento em relação à projeção anterior de 3,2%. É, portanto, mais do que está previsto para qualquer um dos integrantes do G7.

A herança de Getúlio é o Brasil (9)

Continuação da edição anterior

Getúlio e a Revolução de 30 elevaram um país que se constituía numa série de províncias, algo isoladas, com governos que eram quase autárquicos, até mesmo com forças armadas próprias, ao patamar da unidade nacional no plano político e cultural

CARLOS LOPES

Relata ele as principais medidas tomadas pelo governo, além do aumento do salário-mínimo, destinadas especificamente aos trabalhadores – a Campanha de Prevenção dos Acidentes do Trabalho e o programa de moradias populares:

“Como vedes, tudo o que depende da ação do governo, no âmbito das suas faculdades constitucionais, tem sido feito para que não falte amparo e assistência às massas trabalhadoras. Todas as medidas que dependem de aprovação legislativa têm sido propostas ao Congresso para que se convertam em lei. As promessas que vos fiz estão sendo cumpridas, como estão sendo saldadas os compromissos que assumi. As dívidas que contrái com o povo estão sendo resgatadas. Tenho realizado por vós tudo o que posso e mais do que posso”.

A última frase, como se viu meses mais tarde, também não era uma figura de retórica. Mas para ele isso não é o mais importante. Importante e decisivo é o futuro, o do Brasil e o da classe operária, um inseparável do outro:

“Não me perdoam os que me queriam ver insensível diante dos fracos e injusto com os humildes. Continuo, entretanto, ao vosso lado. Mas a minha tarefa está terminando e a vossa apenas começa. O que já obtivestes ainda não é tudo. Resta ainda conquistar a plenitude dos direitos e a satisfação das reivindicações impostas pelas necessidades. Tendes de prosseguir na vossa luta para que não seja malbaratado o nosso esforço comum de mais de 20 anos no sentido da reforma social, mas, ao contrário, para que esta seja consolidada e aperfeiçoada. Para isso não cabe nenhuma hesitação na escolha do caminho que se abre à vossa frente. Não tendes armas nem tesouros nem contaís com as influências ocultas que removem os obstáculos e reduzem as resistências: é preciso unir-vos e organizar-vos. União e Organização devem ser o vosso lema”.

E ele estabelece a missão da classe operária para conquistar a “plenitude dos direitos e a satisfação das reivindicações impostas pelas necessidades”, o que implica em ter um país independente, livre, desenvolvido – os trabalhadores devem chegar ao poder:

“Constituí a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo. A satisfação dos vossos reclamos, as oportunidades de trabalho, a segurança econômica para os vossos dias de infortúnio, o amparo às vossas famílias, a educação dos vossos filhos, o reconhecimento dos vossos direitos, tudo isso está ao alcance das vossas possibilidades. Não deveis esperar que os mais afortunados se compadeçam de vós, que sois os mais necessitados. Deveis apertar a mão da solidariedade, e não estender a mão à caridade. Trabalhadores, meus amigos! Com consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com



a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter”.

15

Em agosto de 1954, a campanha contra Getúlio estava em maré vazante. No entanto, diante da imaturidade das forças nacionais, cuja consequência mais visível eram as pesadas perdas na guerra política que se travava desde a posse do presidente, era claro que se preparava um novo assalto ao poder.

Essa imaturidade tinha se manifestado nos três lados pelos quais as marionetes do “Escritório Monsen” tinham tentado, até então, forjar o golpe. Tinha permitido que oficiais honrados das Forças Armadas fossem atraídos pelo golpismo, redundando na derrota dos nacionalistas no Clube Militar; na influência, desproporcional ao seu tamanho, de uma pequena facção lacerdista na Aeronáutica; e na exoneração sucessiva dos generais Estillac Leal e Espírito Santo Cardoso do Ministério da Guerra. Tinha permitido que o único órgão de imprensa que apoiava o governo ficasse sob cerco. Tinha permitido que setores ponderáveis do empresariado nacional, apesar do crescimento econômico que desfrutavam, ficassem contra o governo e que os colaboradores mais próximos de Getúlio tivessem que se afastar do Ministério do Trabalho.

As perdas – Jango, Danton Coelho, Estillac, Espírito Santo Cardoso e outros – se fariam sentir durante a crise daquele mês. As forças nacionais mantinham-se de pé, mas devido quase exclusivamente à postura do próprio Getúlio. E continuaram de pé, mas devido ao sacrifício de seu líder, Getúlio Vargas.

Mas, em que constituía a imaturidade das forças nacionais?

Basicamente, numa insuficiente consciência da necessidade – e da possibilidade – de unir todos os setores nacionais em torno do programa de desenvolvimento e independência assumido por Getúlio, ao lado da correspondente insuficiência em perceber o inimigo tal como ele era: rasteiro, mentiroso, fraudulento, sem escrúpulos e invertebrado.

Já nos referimos à atitude de Oswaldo Aranha – o mais antigo dos companheiros de Getúlio – em relação às acusações contra a “Última Hora”. Mas não era um problema pessoal, que se pudesse reduzir à ingenuidade de Oswaldo Aranha ou de outros companheiros de Getúlio: a insuficiente consciência tinha, e era inevitável que tivesse como consequência, a intimidação, numa guerra em que o inimigo fazia questão de desconhecer qualquer Con-



Getúlio construiu a Nação brasileira: um país independente, soberano, com uma potente base industrial e orgulho das suas riquezas. Sua política de desenvolvimento e expansão industrial formou uma numerosa classe trabalhadora, que conquistou o direito ao salário-mínimo, à jornada de trabalho de oito horas, às férias e ao descanso remunerado, à aposentadoria e ao trabalho regular – de que a carteira profissional tornou-se o documento histórico. Ao mesmo tempo, formou-se um forte empresariado nacional, que multiplicou a empresa privada, com base nas iniciativas estatais para dotar o país de uma indústria de base – siderurgia, petróleo, mineração, eletricidade. O controle de nossa própria economia e, conseqüentemente, de nosso próprio destino, resumem a política e o programa econômico de Getúlio

venção de Genebra. Não há, aliás, Convenção que ponha limites à falta de caráter. Apenas a luta e a consciência dos que têm caráter é capaz disso.

Apesar da imaturidade no campo getulista e petebista, forçoso é reconhecer que ele fez o que pôde para apoiar Getúlio e seu programa. Pedir mais seria exigir daqueles homens e mulheres uma consciência que ainda estava por desenvolver-se.

16

Getúlio construiu a Nação brasileira: um país independente, soberano, com uma potente base industrial e orgulho das suas riquezas. Sua política de desenvolvimento e expansão industrial formou uma numerosa classe trabalhadora, que conquistou o direito ao

salário-mínimo, à jornada de trabalho de oito horas, às férias e ao descanso remunerado, à aposentadoria e ao trabalho regular – de que a carteira profissional tornou-se o documento histórico.

Ao mesmo tempo, formou-se um forte empresariado nacional, que multiplicou a empresa privada, com base nas iniciativas estatais para dotar o país de uma indústria de base – siderurgia, petróleo, mineração, eletricidade. O controle de nossa própria economia e, conseqüentemente, de nosso próprio destino, resumem a política e o programa econômico de Getúlio.

O Brasil foi a obra de Getúlio.

Em 1930, nosso país era extremamente atrasado, dominado por uma oligarquia cafeeira submissa ao capital financeiro inglês, cuja principal – quase exclusiva – atividade econômica estava em fornecer, a preços mesquinhos, determinados pela metrópole, produtos agrícolas e matérias primas para o exterior.

A indústria era extremamente débil. Importávamos, a preços exorbitantes, também determinados pela metrópole, produtos industriais, usufruídos pela pequena parcela de privilegiados. A estagnação, o desemprego, a miséria, a fome, o analfabetismo imperavam no país, das grandes cidades – que eram somente duas – aos lugares mais remotos.

Um regime político senil se sustentava pelo voto a bico de pena, isto é, pela fraude, ou pela violência pura, simples e estúpida, empenhando o Tesouro aos bancos, principalmente ingleses.

Os trabalhadores – em geral das poucas indústrias têxteis inglesas ou das empresas também estrangeiras que dominavam áreas de serviços urbanos – não tinham mínimos direitos.

O ténue empresariado nacional sufocava com os obstáculos ao crescimento – basicamente, a drenagem dos recursos do país para fora.

Este foi o pântano que a Revolução de 30 volatizou, o regime econômico, social e político dos carcomidos e dos servos oligárquicos.

A marcha de Getúlio, de Porto Alegre ao Rio, com o povo tomando ruas, praças, estações e margens

das ferrovias para saudar o líder e as tropas da revolução, tornou-se o símbolo de que um novo mundo se iniciava, um novo Brasil começava ali.

A oligarquia, podre, caiu. Como sempre acontece, reagiu com o desespero dos condenados a desaparecer. Tentou uma contrarrevolução em 32, com um pretexto pseudo-constitucionalista, quando as eleições para a Constituinte já haviam sido convocadas e marcadas – por Getúlio.

Foi derrotada. Tentou outra vez voltar ao poder, e foi novamente derrotada, em 37.

Getúlio decretou a moratória, estancando a hemorragia de nossos recursos como “dívida externa”. Canalizou parte da renda com a exportação do café para a industrialização. O emprego de nossas riquezas e recursos em proveito do nosso desenvolvimento, ao invés de alimentarem a voracidade colonialista, foi concretizado com a CSN, Vale do Rio Doce, Companhia Nacional de Alcalis, Fábrica Nacional de Motores e depois a Petrobrás e a Eletrobrás – fundada a primeira, e projetada a segunda, durante o segundo governo de Getúlio.

Com a concentração, através da ação do Estado, dos esforços e recursos internos, sem endividar o país, com a inflação mais baixa de toda a história do Brasil, impulsionou uma vaga de desenvolvimento econômico tão poderosa que, mesmo com todas as distorções posteriores a ele, se estendeu até o fim da década de 70, com o maior crescimento de um país capitalista neste período de 50 anos.

Na verdade, Getúlio, à frente do povo brasileiro, fundou o Estado nacional, o Estado público, o Estado popular, onde antes existia um Estado de casta, dominado por meia dúzia, em suma, um Estado oligárquico e excludente.

A fraude eleitoral da oligarquia, o “bico de pena”, foi abolida e instituído o voto universal e secreto. As mulheres, pela primeira vez, conquistaram o direito de votar e serem votadas. Os sindicatos, antes frágeis, minúsculas e isoladas entidades, foram consolidados com o imposto sindical, a unicidade e a fundação de federações e confederações

estaduais e nacionais.

Foi promovida a mais ampla e profunda revolução administrativa, com a fundação do DASP, o estabelecimento de um programa de capacitação do funcionário – que nessa época recebeu o título honroso de “servidor público”, ou seja, servidor do povo e da coletividade –, a instituição do concurso público, plano de carreira e critérios de mérito, com a valorização salarial do serviço público.

Sob esse aspecto – o do atendimento ao povo – em todas as áreas, Saúde, Educação, Habitação, Transportes, nunca os brasileiros tiveram tal qualidade de serviços.

As Forças Armadas, que, após o governo Floriano, tinham sido enfraquecidas pela oligarquia em prol de tropas regionais submissas a ela e seus aliados de ocasião, foram fortalecidas, reequipadas e assumiram o seu papel na Defesa Nacional. As brilhantes e heroicas vitórias contra o nazismo na Itália as consagraram internacionalmente.

Getúlio e a Revolução de 30 elevaram um país que se constituía numa série de províncias, algo isoladas, com governos que eram quase autárquicos, até mesmo com forças armadas próprias, ao patamar da unidade nacional no plano político e cultural.

A Rádio Nacional – numa época em que o rádio era o mais poderoso meio de comunicação – unificou a língua, dando o aspecto definitivo ao português falado no Brasil e divulgou as manifestações culturais de todo o país, dando a elas todas, respeitando a sua peculiaridade, riqueza e variedade, um caráter nacional. Com as grandes figuras que, como Villa-Lobos, sintetizaram seu conteúdo popular, foi conformada uma verdadeira cultura nacional.

Por esta obra, para construir o Brasil, Getúlio viveu e morreu.

Realmente, diante da obra desse titã, os retardados carrapatos da oligarquia caduca, servis aos interesses dos agiotas externos, aos inimigos do país e do povo, não poderiam mais do que destilar o seu rancor – com a alucinação de que poderiam, setenta anos depois, fazer o país regredir à colônia que Getúlio transformou em uma Nação.